



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**A FOME COMO NOTÍCIA DURANTE A PANDEMIA NO
BRASIL: ANÁLISE DOS PADRÕES DO JORNAL O GLOBO**

ISABELA ROCHA RINCON

Rio de Janeiro

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**A FOME COMO NOTÍCIA DURANTE A PANDEMIA NO
BRASIL: ANÁLISE DOS PADRÕES DO JORNAL O GLOBO**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo

ISABELA ROCHA RINCON

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Nóra

Rio de Janeiro

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

R74f Rocha Rincon, Isabela
A fome como notícia durante a pandemia no Brasil:
análise dos padrões do jornal O Globo / Isabela
Rocha Rincon. -- Rio de Janeiro, 2022.
58 f.

Orientadora: Gabriela Nóra.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da
Comunicação, Bacharel em Comunicação Social:
Jornalismo, 2022.

1. Fome. 2. Pandemia. 3. Brasil. 4.
Noticiabilidade. 5. O Globo. I. Nóra, Gabriela ,
orient. II. Título.


TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **A fome como notícia durante a pandemia no Brasil: análise dos padrões do jornal O Globo**, elaborada por Isabela Rocha Rincon


Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia 03/08/2022

Comissão Examinadora:

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Gabriela Nóra 
Doutora em Comunicação e Cultura
Departamento Expressão e Linguagens

Lais Ferreira Martins 
Mestra pela Universidade de Amsterdam e pela Universidade de Aarhus
Departamento de Comunicação Política

Prof(a). Dr(a). Marcio Tavares d' Amaral 
Pós-doutor em Filosofia pela Universidade de Paris V - Sorbonne
Comunicação, História, Filosofia e Religião

Grau: 10,0

Rio de Janeiro

2022

AGRADECIMENTOS

Quando sonhava em estudar Comunicação a quase dois mil quilômetros de onde eu nasci e cresci, eu não imaginava viver metade do que vivi desde que cheguei ao Rio de Janeiro, em 2017. E não quero ser clichê e dizer que "viver é melhor que sonhar" porque, muitas vezes, os pesadelos que vivi ao longo da graduação me fizeram sentir vontade de jogar tudo para o alto e voltar para Goiânia, onde eu teria colo de mãe, pamonha quentinha e todo o conforto do mundo.

Seria desonesto dizer que essa caminhada foi fácil, porque, definitivamente, não foi. Os choques regional e cultural existem e o período de adaptação não é tranquilo. O Rio não é tão acolhedor quanto dizem e os cariocas podem ser grosseiros e maldosos quando percebem que seu sotaque é diferente do deles. Por isso, demorei muito tempo para, de fato, me sentir em casa nessa cidade que é tão diferente da minha. Mas, como disse Harry Styles uma vez, "é o amor que transforma o lugar onde você vive numa casa".

Dedico este trabalho e tudo o que eu me tornei ao longo dessa jornada aos meus maiores amores: papai, mamãe e Helô. Eu jamais teria coragem de sair de casa sem a certeza de que, se tudo desse errado, eu teria para onde voltar. Obrigada pelo apoio durante esses anos, pelas ligações diárias e por todo o colo que vocês aprenderam a me dar, mesmo estando tão longe. Prometo honrar todo o amor que recebo de vocês com a minha vida e com a profissional que serei daqui em diante.

Ao meu pitico, meu amor, meu namorado e meu melhor amigo. João Pedro, você sabe que é minha pessoa favorita no mundo. Obrigada por acreditar em mim e por me mostrar que sou capaz, mesmo quando minha cabeça só consegue projetar catástrofes. Obrigada por ler – tantas e tantas vezes – esse trabalho. Ter você ao meu lado deixa tudo mais fácil e me lembra, sempre que eu preciso, a profissional que eu quero ser. O Rio de Janeiro não seria tão casa se você não estivesse nele. Amo você, meu parceirinho.

Aos primeiros amigos que tive na vida, Edwilson, Pepper, Millena, Cecília, Thiago, Marcela e Sebastião. Saber que tenho e sempre terei vocês ao meu lado me dá segurança e conforto para enfrentar as situações mais desconfortáveis dessa vida. Obrigada pelo apoio, pelo suporte e, principalmente, por me ensinarem o verdadeiro significado de uma amizade que, até conhecer vocês, eu não sabia que existia.

Às minhas companheiras de curso e de vida. Júlia, Maria Clara, Rachel, Aline, Laura e Giulia. Vocês são muito mais do que minhas amigas de faculdade, porque se mostraram família

ficando ao meu lado nos piores e melhores momentos ao longo desses anos. Vocês foram a melhor parte da Escola de Comunicação. Prometo honrar todo o carinho que tenho recebido desde que conheci vocês. Obrigada por me mostrarem que faculdade não se faz só dentro de sala com tudo o que me ensinaram ao longo desses anos. Espero ter vocês comigo para sempre.

Aos meus colegas de estágio. Daniel, Luana, Thamila, Pedro, Bruno, Monique e Cássio, vocês me ensinaram mais do que qualquer chefia e me mostraram que ainda existe gente que faz o jornalismo valer a pena. Obrigada pela companhia nas pautas, pelas conversas bobas e pelas construtivas. Vocês dão orgulho à nossa profissão. Prometo honrar os valores que sempre lembramos uns aos outros e me alegro ao saber que vamos nos esbarrar nas redações.

Por último, gostaria de agradecer à Isabela de 15 anos por ter sonhado em se formar em jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. As coisas serão mais complicadas do que você imagina, mas, no final, o caminho todo vai te trazer muito orgulho e felicidade. Vida longa à Escola de Comunicação. Nós conseguimos!

RINCON, Isabela Rocha. **A fome como notícia durante a pandemia no Brasil: análise dos padrões do jornal o Globo**. Orientadora: Gabriela Nóra. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2022.

RESUMO

Este trabalho objetiva compreender a importância de coberturas independentes acerca da temática da fome durante a pandemia da Covid-19 no Brasil. Por meio da análise das reportagens do jornal O Globo sobre a temática da fome no país durante esse período, foram percebidos padrões na noticiabilidade da insegurança alimentar pelo veículo. Foi realizado um estudo das matérias repercutidas pelo jornal entre julho de 2021 e julho de 2022, buscando encontrar essa padronização, que também pôde ser percebida a partir da realização da entrevista em profundidade. Ao observar possíveis alternativas às abordagens do tema pelo jornalismo tradicional, a pesquisa traz o jornalismo independente como um caminho, uma vez que é possível perceber a importância e a necessidade de uma amplitude maior em coberturas tão sensíveis quanto a da fome durante a pandemia no Brasil.

Palavras-chave: fome; pandemia; noticiabilidade; cobertura; O Globo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. O CENÁRIO POR TRÁS DA FOME NO BRASIL	4
3. ALGUMAS INICIATIVAS DE COMBATE À FOME NO BRASIL	15
3.1. Fome Zero	17
3.2. Bolsa Família	22
3.3. Auxílio Emergencial	25
3.4. Auxílio Brasil	27
4. A FOME COMO NOTÍCIA	30
4.1. A fome no jornal O Globo durante a pandemia	31
4.1.1. Campanhas de combate à fome	37
4.1.2. Pesquisas e levantamentos sobre insegurança alimentar	38
4.1.3. O retrato da fome a partir de quem sente fome	40
4.1.3. O ciclo da fome como notícia	42
4.2. O jornalismo independente como alternativa	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende trazer uma reflexão sobre a importância de coberturas independentes acerca da temática da fome durante a pandemia da Covid-19 no Brasil. A escolha do tema foi feita a partir da percepção da necessidade de se discutir a noticiabilidade da fome durante um período em que a dificuldade no acesso aos alimentos se mostrou muito presente. Para isso, foi levada em consideração a importância do assunto enquanto temática relevante para a manutenção do papel social do bom jornalismo, que sempre deve ser lembrado.

Para chegar a essa reflexão, a pesquisa pretende contextualizar a fome no Brasil. A partir de pensamentos propostos pelo geógrafo Josué de Castro, em 1946, o trabalho tem como objetivo mostrar o cenário por trás da fome no país, visando trazer à tona o pensamento de que o acesso à alimentação de qualidade sempre foi uma questão para grande parte da população brasileira. Sabendo que o Brasil possui grande diversidade de biomas e recursos, inclusive alimentícios, a pesquisa também procura compilar informações com o objetivo explicar possíveis razões para a fome ainda ser tão presente no país.

Para dar início à análise da abordagem da fome como notícia durante a pandemia no Brasil, o trabalho trará os conceitos de biopoder e de necropolítica, abordados por Michel Foucault (1976) e por Achille Mbembe (2016). A partir dessas definições, visando mostrar quem passa fome no país, a pesquisa trará dados e levantamentos divulgados em 2022 para ilustrar o aumento da insegurança alimentar nos dois primeiros anos de pandemia (2020-2022).

Partindo de uma perspectiva histórica, o trabalho busca compreender a importância da temática da fome no âmbito social. Para isso, serão abordadas algumas das principais políticas sociais de combate à fome no Brasil. A escolha das iniciativas a serem abordadas foi realizada com o objetivo de exemplificar o funcionamento de dois programas de transferência de renda antes da pandemia e dois benefícios que foram implementados durante a pandemia do coronavírus no país.

A junção dos programas mais recentes de combate à pobreza e à insegurança alimentar será realizada a partir da percepção da necessidade de compilar os principais documentos que mapeiam e comprovam a fome no Brasil ao longo dos anos. A partir da pesquisa, será possível perceber a importância de mostrar a realidade de pessoas desassistidas, para que a população

consiga reivindicar seus direitos e avaliar a evolução ou o retrocesso de um determinado cenário, como o da fome.

O trabalho também compilará os valores dos benefícios de combate à fome implementados no país e o funcionamento dos programas Fome Zero, Bolsa Família, Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil. Além disso, a pesquisa pretende trazer os decretos a partir dos quais os auxílios entraram em vigor e os dados que justificam a implementação dos programas, mostrando o número de brasileiros em situação de miséria ao longo dos anos. A partir de pesquisas do noticiário e de arquivos referentes aos anos em que os programas estiveram em vigor, o presente estudo também buscará compreender as principais críticas aos benefícios e à distribuição dos auxílios.

Depois de citar e explicar os programas de transferência de renda mais recentes do país, com o intuito de mostrar a relevância do tema da insegurança alimentar, a pesquisa pretende demonstrar os principais motivos, dentro do jornalismo, pelos quais a fome deve ser notícia. Para trazer essa reflexão, serão discutidos os conceitos de critério de noticiabilidade e a ideia de valor-notícia a partir do entendimento do italiano Mauro Wolf (2008) e da perspectiva de Gislene Silva (2005).

Além disso, a pesquisa pretende trazer a contextualização do funcionamento de uma redação, por entender que as organizações também têm parte importante na definição do que é notícia e do que não é. Essa análise será feita a partir de teorias do jornalismo, como a do Gatekeeping e a Teoria Organizacional da Notícia, e por meio da entrevista em profundidade realizada com o editor-chefe do jornal O Globo, Fábio Gusmão, para melhor compreender a dinâmica e o dia a dia do veículo. A metodologia foi escolhida com o intuito de compreender possíveis padrões do noticiário.

Para realizar essa análise e levantar novas questões, serão analisadas 24 matérias do jornal O Globo, publicadas da redação do Rio de Janeiro, entre julho de 2021 e julho de 2022 que abordam a questão da fome no país. A escolha do veículo como objeto de análise desta pesquisa se deu pela sua liderança no ano de 2021. O jornal somou média de 27,8 milhões de acessos únicos a cada mês, de acordo com dados apurados pela Comscore¹, referência mundial na análise do tráfego de conteúdos na internet. Por esse mesmo motivo, o formato escolhido

¹ Disponível em <<https://oglobo.globo.com/politica/o-globo-foi-jornal-mais-lido-do-pais-em-2021-25376960>>
Acesso em 22 jul. 2022

para a pesquisa foi o digital.

Com isso, pretende-se padronizar a cobertura do jornal O Globo sobre a fome durante esse um ano de pandemia em três tópicos principais. São eles: 1) a divulgação de campanhas de combate à fome; 2) a repercussão de pesquisas que trazem dados sobre a insegurança alimentar no país e 3) a percepção da fome a partir das pessoas que sentem fome. Para a análise do noticiário, o trabalho apresentará um quadro com as reportagens do veículo selecionadas no período de um ano até a realização da pesquisa (de julho de 2021 a julho de 2022).

A partir da percepção da limitação à qual muitas organizações acabam submetendo o jornalismo, pretende-se mostrar a importância do jornalismo independente em coberturas sensíveis como a da fome durante a pandemia no Brasil. Por isso, o trabalho também pretende propor essa reflexão a respeito do trabalho de jornalistas independentes. Essa necessidade será ilustrada por meio da entrevista em profundidade realizada com o fotógrafo e jornalista Flávio Costa, que também realizou um trabalho, inclusive noticiado pelo jornal O Globo, sobre essa temática durante o período analisado.

2. O CENÁRIO POR TRÁS DA FOME NO BRASIL

A percepção da fome como uma realidade no Brasil não é uma escolha. Basta andar pelas ruas, ler o noticiário ou ainda as redes sociais para se deparar com pessoas em situação de miséria que não têm o que comer. Mas nem sempre a fome foi perceptível a um clique de distância. Em seu livro *Geografia da Fome* (1946), Josué de Castro aborda a falta de conhecimento sobre o tema ao falar da necessidade de ampliar as discussões a respeito da temática da fome na América. Ele explica que a falta de conhecimento e de identificação entre as populações foram fatores responsáveis pela ausência de compreensão em relação ao cenário da fome no continente.

Se até quase aos nossos dias o fenômeno não produziu eco é porque as populações da América não se conheciam. A América vivia como ilustre desconhecida, muito mais preocupada pelas coisas dos outros continentes, principalmente da fascinante Europa, do que pelos seus próprios problemas. (CASTRO, 1952, p.54)

Além da falta de conhecimento e identificação entre as populações da América, os olhos sempre voltados para a Europa faziam com que outros continentes não acessassem a nossa realidade. O momento abordado por Castro (1946) fala de um tempo em que o mundo ainda não era conectado por fios, fibras e que a ideia de nuvem não passava de um aglomerado de gotas diminutas de água em suspensão no ar. Com o advento da globalização e com a definição de Internet das Coisas (MIGRANI, 2018), é notável que houve uma aproximação das realidades a partir do conhecimento delas. A facilidade de acessar informações e notícias de países e até mesmo de continentes diferentes fez com que pessoas com acesso à internet pudessem se conectar e se sensibilizar com vivências que antes eram de mais difícil acesso.

O avanço de tecnologias, em especial as digitais, irá afetar profundamente todas as estruturas econômicas e sociais. Inteligência artificial, robótica avançada, data science, fintechs e outras vertentes desse fenômeno vão deixando o status de promessas para se incorporar discretamente em nosso dia a dia. (MIGRANI, 2018, p.15)

Três anos depois da publicação de *Geografia da Fome* (1946), a ideia que só seria abordada por Migrani em 2018 já dava sinais com a criação da agência brasileira da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em 1949. É a partir desse marco que a questão da fome passa a ser vista como um tema relevante para políticas

públicas, não só no Brasil, como no mundo. A FAO era, e ainda é, responsável por trazer levantamentos, pesquisas, estudos e monitoramentos voltados para a alimentação em todos os países. Isso facilita o acesso das federações para a maior compreensão do cenário mundial do acesso à alimentação e mostra mais um sinal da possibilidade de aproximação de realidades distantes.

O conceito de segurança alimentar foi construído na década de 1940, ao final da Segunda Guerra Mundial. Essa definição trouxe à tona a possibilidade de um conhecimento mais específico acerca da situação alimentar, levando três aspectos em consideração: 1) a quantidade; 2) a qualidade e 3) a regularidade no acesso aos alimentos (BELIK, 2003). Segundo o autor, o acesso aos alimentos se difere da disponibilidade deles, ou seja, os alimentos podem estar disponíveis, mas não acessíveis à grande parte da população. Além disso, Walter Belik (2003) fala sobre a importância da qualidade dos alimentos (sem riscos de contaminação) e sobre a regularidade, que diz respeito ao acesso constante à alimentação.

As pesquisas, os levantamentos e os monitoramentos trazidos pela FAO mostram a importância do desenvolvimento da ciência para o avanço da sociedade como um todo e, no mundo globalizado, ciência e tecnologia andam de mãos dadas. Para falar de tecnologia, é preciso falar de internet e fica difícil falar de internet sem considerar o impacto das redes sociais. Elas tornaram as interações mais rápidas, fáceis e intensas.

Em todas essas mudanças, cada vez mais frequentes, o jornalismo se adaptou. Hoje, por exemplo, é possível perceber que a venda de jornais impressos não é mais importante que o número de compartilhamentos e *clicks* numa matéria nas redes sociais. Pode-se citar o jornalismo porque, além da ciência, é preciso reconhecer a importância dessa atividade para aproximar realidades, adquirir conhecimento e acessar vivências distintas.

Quase sempre, as redes sociais e o jornalismo se tornam um na difusão de informações. Um exemplo disso é o cenário jornalístico durante a pandemia no Brasil. Mesmo durante o período mais restrito de isolamento social, a difusão de informações de maneira rápida possibilitou a visualização do dia a dia de trabalhadores essenciais.

A foto Grito do Subúrbio, do fotógrafo Brenno Carvalho, do jornal O Globo² retrata o dia a dia no transporte público no Rio de Janeiro durante a pandemia. A imagem mostra um ônibus lotado ao ponto de prender uma mulher, sem máscara de proteção facial, contra a porta

²Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/o-globo-vence-categoria-fotografia-do-43-premio-vladimir-herzog-de-anistia-direitos-humanos-25240073>> Acesso em: 15 jun. 2022

de um veículo do BRT na estação Mato Alto, na Zona Oeste da cidade. A foto foi publicada na edição do dia 5 de março de 2021, quando o Brasil registrava 1.760 óbitos e 75.337 casos de Covid-19 em um intervalo de 24 horas³.

Figura 1 - Rotina perigosa. Transporte público lotado e ausência de máscaras no Rio



Fonte: Brenno Carvalho/4-3-2021 / Agência O Globo

Além de retratar o dia a dia de trabalhadores essenciais, o jornalismo trouxe um feixe de luz sobre a questão da fome no país durante a pandemia. Matérias trazendo informações sobre doação de alimentos⁴ e sobre ações de combate à fome⁵ estiveram muito presentes nos veículos nesse período. Apesar disso, a abordagem do tema por jornais recebeu críticas nas redes sociais.

Muitas das percepções negativas a respeito da cobertura da fome durante a pandemia se deram por matérias com uma abordagem 'positiva' sobre a situação econômica do país. Nos anos de 2020 a 2022, houve um aumento histórico na inflação⁶ e no custo dos alimentos básicos

³Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus/brasil-bate-recorde-de-media-movel-de-mortes-pelo-setimo-dia-consecutivo-de-casos-pelo-terceiro-24912214>> Acesso em 15 jun. 2022

⁴Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/06/27/plataforma-ajuda-a-mobilizar-doacoes-de-alimentos-e-reduzir-desperdicios.ghtml>> Acesso em 5 jul. 2022

⁵Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/ong-acao-da-cidadania-lanca-campanha-brasil-sem-fome-em-todo-o-pais/>> Acesso em 5 jul. 2022

⁶Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/20/com-alta-da-inflacao-64percent-dizem-ter-reduzido-gastos-nos-ultimos-seis-meses-diz-pesquisa.ghtml>> Acesso em 5 jul. 2022

– como o arroz, o feijão e a carne bovina⁷. Essa alta de preços superou o reajuste salarial e reduziu o poder de compra e, como uma espécie de eufemismo, veículos como o jornal O Globo tentaram trazer soluções que não tiveram uma repercussão tão positiva quanto a abordagem.

Figura 2 - Tuíte do jornal O Globo



Fonte: Redes Sociais - O Globo⁸

"A gente quer é poder voltar a comer carne num preço que a população pode pagar, Globo. Essa matéria é um escárnio"⁹; "Não vai demorar p/ eles escreverem sobre as minhocas,

⁷Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/em-um-ano-custo-de-alimentos-supera-reajuste-salarial-e-reduz-poder-de-compra/#:~:text=Covid%2D19-.Em%20um%20ano%2C%20custo%20de%20alimentos%20supera%20reajuste,e%20reduz%20poder%20de%20compra&text=O%20reajuste%20do%20sal%C3%A1rio%20m%C3%ADnimo,dos%20alimentos%20superaram%20esse%20C3%ADndice.>> Acesso em 5 jul. 2022

⁸Disponível em: <<https://twitter.com/jornaloglobo/status/1524481356398477312?s=21&t=yv3P6sY5hn7VFuqCkqIkwQ>> Acesso em 5 jul. 2022

⁹Disponível em: <<https://twitter.com/leonardowille/status/1524481812688515072?s=20&t=oC4oIrGrIRhZxK2QecjTIQ>> Acesso em 5 jul. 2022

como elas são ricas em proteínas. Pode esperar."¹⁰; "Não romantizem a falta de poder aquisitivo para comprar comida"¹¹. Esses foram alguns dos comentários feitos na postagem do jornal. Nos tuítes, um sentimento parece ser compartilhado: a revolta pela ausência da possibilidade de escolher.

Um pilar teórico necessário para analisar essa situação e também a questão da insegurança alimentar no Brasil, evidenciada pela pandemia, é o conceito de necropolítica. Proposto pelo camaronês Achille Mbembe (2016), a definição tem como base a ideia de biopoder de Michel Foucault, que consiste no domínio da vida sobre a qual o poder tomou o controle. A partir deste conceito, Mbembe pretende trazer explicações em seu ensaio a respeito das condições sob as quais se dá o 'direito' de tirar a vida do outro.

Mbembe (2016) define o necropoder em alguns momentos ao longo de sua obra, mas o que melhor resume o conceito criado por ele é a soberania. Para o autor, a soberania em um regime de necropolítica é a capacidade de definir quem importa, quem não importa, quem é descartável e quem não é:

A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder. (MBAMBE, 2016, p. 123)

Quando o assunto é insegurança alimentar, há quem diga que o fator geográfico é mais determinante do que qualquer outro. Isso poderia ser explicado porque, em algumas regiões do país, vive-se um estado de fome crônica, enquanto em outras são encontradas mais pessoas em situação de subnutrição. Josué de Castro (1946) explica que, num país com tamanha extensão territorial, essas diferenças, de fato, existem, mas a falta de assistência a regiões com menos recursos também é parte de um sistema de necropolítica. A geografia das regiões pode influenciar na dificuldade para acessar determinados recursos, mas alimentação é direito básico previsto na Constituição:

¹⁰Disponível em: https://twitter.com/n_vai_dar_certo/status/1524490468393897984?s=20&t=oC4oIrGrIRhZxK2QecjTIQ

Acesso em 5 jul. 2022

¹¹Disponível em: <https://twitter.com/flacidopinto/status/1524486232394317825?s=20&t=oC4oIrGrIRhZxK2QecjTIQ>

Acesso em 5 jul. 2022

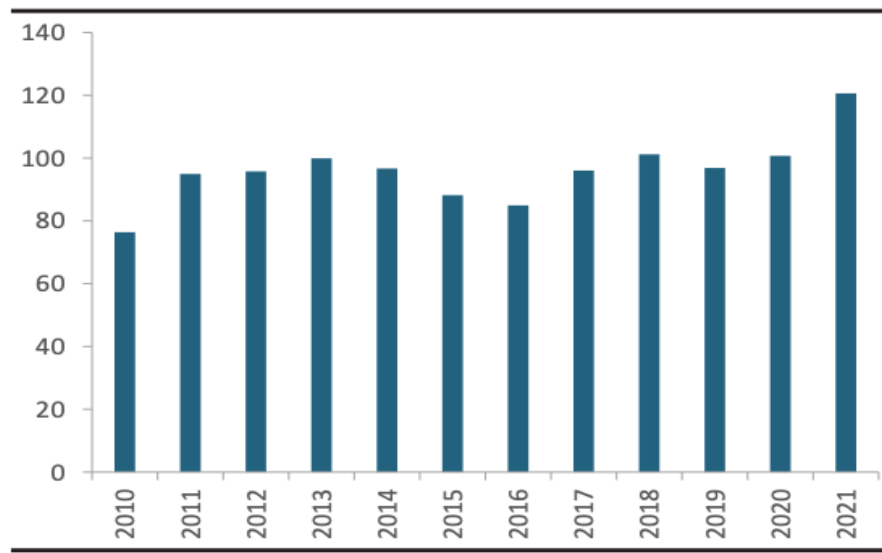
Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)¹²

O Brasil tem área de 8.516.000 km², vegetação densa e grande variedade de biomas que proporciona a possibilidade de plantio, de produção de diversos alimentos e nutrição racional de uma população até maior do que a brasileira. Um relatório¹³ da Organização Mundial do Comércio (OMC) mostra que o Brasil é o segundo na lista de países que mais exportam alimentos, atendendo 800 milhões de pessoas em todo o mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Portanto, a fome no país não é causada pela falta de alimentos. Se a alimentação é deficitária, isso está mais relacionado à má distribuição de renda no Brasil e à falta de aproveitamento da geografia do país do que à falta de recursos. (CASTRO, 1952, p. 57).

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a balança comercial do agronegócio brasileiro fechou o ano de 2021 com saldo positivo de US\$ 105,1 bilhões, quase 20% acima do valor do ano anterior. Nesse período, o setor representou quase metade das exportações do país. A pesquisa mostra que as principais commodities exportadas em 2021 foram soja em grãos, carne bovina, açúcar, carne de frango e farelo de soja (IPEA, 2022, p.1).

¹²Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm> Acesso em 5 jul. 2022

¹³Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2020_e/wts2020chapter06_e.pdf> Acesso em 5 jul. 2022

Figura 3 - Exportações do agronegócio: dados anuais (em US\$ bilhões)

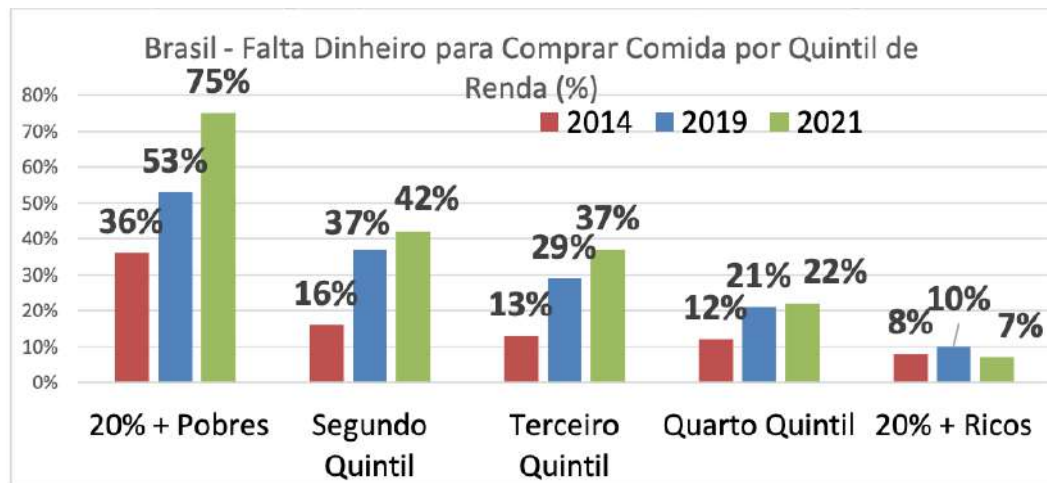
Fonte: (IPEA, 2022, p. 2)

Enquanto isso, o país atingiu recordes históricos de famílias em situação de insegurança alimentar. O levantamento do economista Marcelo Neri (2022), pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, exemplifica, por meio de dados, esse cenário no ano em que o Brasil voltou para o Mapa da Fome da FAO.

A partir do processamento dos dados da empresa de pesquisa Gallup World Poll, é possível perceber que o avanço da fome, por causa da pandemia, ultrapassou as fronteiras do Brasil. De acordo com o levantamento de Neri (2022), entre 2019 e 2021, a insegurança alimentar na média dos mesmos 120 países aumentou 1,525% contra 6% no Brasil. Sendo assim, o país teve mais dificuldade de enfrentar a problemática da fome durante a pandemia.

Outro ponto destacado pela pesquisa foi o aumento de 39% da fome entre os 20% mais pobres. O índice saiu de 36% em 2014 para 75% em 2021. O levantamento também mostra que a taxa de insegurança alimentar no país era 53%, o que indica que a maior parte do aumento da condição se deu durante a pandemia. Um ponto de destaque é que os 20% mais ricos experimentaram queda de insegurança alimentar, o que mostra que houve um aumento da desigualdade social no país (NERI, 2022, p.7).

Figura 4 - Mudanças da Insegurança Alimentar no Brasil 2014, 2019 e 2021 por renda



Fonte: (NERI, 2022, p.7)

Durante a pandemia da Covid-19, a ascensão da insegurança alimentar evidencia mau uso da área e da diversidade de biomas do país. A má distribuição de renda e o aumento da desigualdade trazem à tona o sistema de necropoder que decide, de certa forma, quem tem mais 'valor'. A partir do momento que uma parte da população enriquece e a outra só tem o que comer quando encontra algo no lixo¹⁴, as políticas sociais implementadas não foram eficientes para garantir direitos básicos previstos na Constituição.

¹⁴Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/fome-no-rio-so-tenho-que-comer-quando-acho-no-lixo-conta-catadora-25532290.html>> Acesso em 2 jul. 2022

Figura 5 - Capa do Jornal Extra do dia 24 de junho de 2022



Fonte: Reprodução/Redes Sociais do Extra¹⁵

Segundo Belik, Graziano e Takagi (2001), a insuficiência de demanda citada por Josué de Castro (1952) e vivida no Brasil nos últimos anos, como mostra o levantamento de Neri (2001), pode ser relacionada com a concentração excessiva de renda, salários e índices de crescimento baixos e elevadas taxas de desemprego. Para os pesquisadores, esse combo de disparidades é inseparável do modelo econômico vigente.

As razões que determinam essa insuficiência de demanda – concentração excessiva da renda, baixos salários, elevados níveis de desemprego e baixos índices de crescimento, especialmente daqueles setores que poderiam

¹⁵Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CfL5XOrsD9S/?utm_source=ig_web_copy_link> Acesso em 5 jul. 2022

expandir o emprego – não são conjunturais. Ao contrário, são endógenas ao atual padrão de crescimento e, portanto, inseparáveis do modelo econômico vigente. Forma-se, assim, um verdadeiro círculo vicioso, causador, em última instância, da fome no país – qual seja, desemprego, queda do poder aquisitivo, redução da oferta de alimentos, mais desemprego, maior queda do poder aquisitivo, maior redução na oferta de alimentos. (BELIK; GRAZIANO; TAKAGI, 2001, p. 125)

Em um levantamento¹⁶ realizado pela ONU em 2020, a organização antecipa o que viria a ser um problema, maior ainda, dois anos depois. Segundo o estudo, como resultado da crise provocada pela pandemia da Covid-19, o número de pessoas em condições de extrema pobreza na América Latina e no Caribe poderia chegar a 83,4 milhões de pessoas em 2020, o que implicaria um aumento significativo nos níveis de fome.

Em 2022, o novo relatório da ONU para Alimentação e Agricultura (FAO) mostrou que, em um ano, quatro milhões de pessoas foram empurradas para a fome na América Latina e no Caribe. A pesquisa ainda aponta que entre 2019 e 2021, 61,3 milhões de brasileiros estiveram em situação de insegurança alimentar. Com uma população de 213,3 milhões de pessoas, mais de 15 milhões de brasileiros estiveram em situação de insegurança alimentar grave (FAO, 2022, p.144).

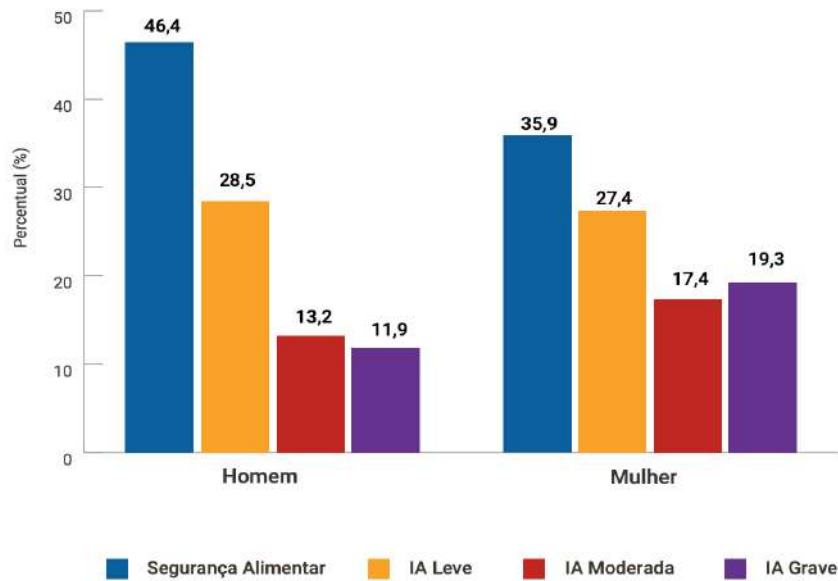
A nível mundial, o acesso à alimentação aponta um cenário alarmante, de acordo com a pesquisa da FAO. O documento mostrou que, em 2021, 2,3 bilhões de pessoas no mundo – quase 30% da população – estão em situação de insegurança alimentar grave ou moderada. Isso representa um aumento de 350 milhões de pessoas a mais do que em 2019, ano que precedeu a pandemia de coronavírus (FAO, 2022, p.10).

A pesquisa também mostra um fator determinante nos índices de insegurança alimentar no mundo: o gênero. Segundo o documento, as mulheres são mais afetadas pela fome do que os homens. Em 2021, 31,9% das mulheres no mundo enfrentavam um cenário de insegurança moderada ou grave, acima dos 27,6% apurados entre os homens (FAO, 2022, p.30).

O 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, divulgado em 2022, revela que a fome tem raça, cor e gênero, atingindo mais as famílias que têm mulheres como responsáveis ou aquelas que a pessoa de referência se identifica como preta ou parda (REDE PENSSAN, 2022 p. 18).

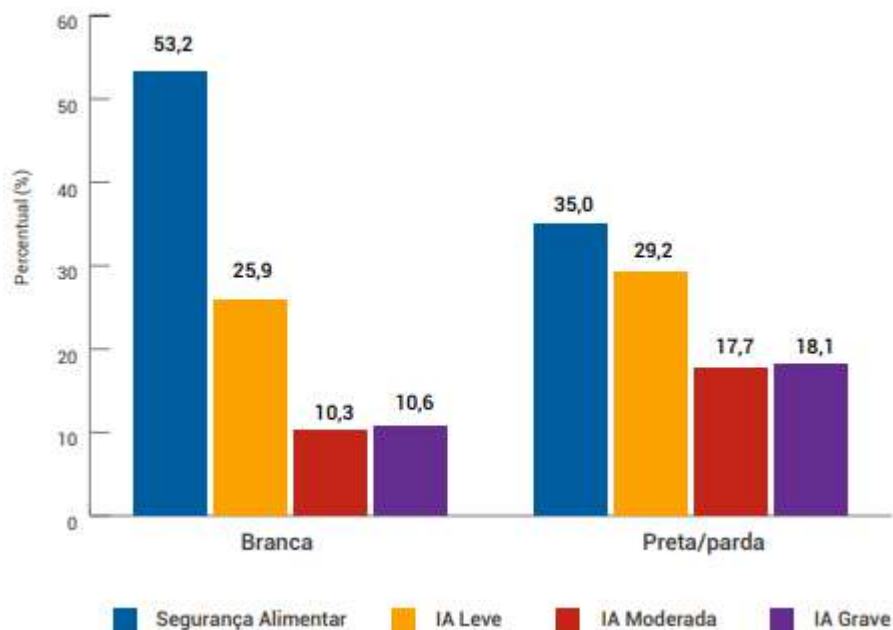
¹⁶ Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/node/87087>> Acesso em 5 jul. 2022

Figura 6 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio.



Fonte: (REDE PENSSAN, 2022. p. 50)

Figura 7 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo raça/cor da pele



Fonte: (REDE PENSSAN, 2022. p. 51)

Diante da exposição de dados que mostram o número de brasileiros em situação de insegurança alimentar, é preciso refletir sobre a implementação de políticas públicas para

amenizar a fome e a miséria no país. Além das estatísticas e dos levantamentos mostrarem a relevância da temática a nível nacional e internacional, a criação de auxílios e benefícios pelos governos, com o objetivo de garantir alimentação à população, também destaca a preocupação com o cenário da fome e os desafios a serem enfrentados no combate à insegurança alimentar no Brasil.

3. ALGUMAS INICIATIVAS DE COMBATE À FOME NO BRASIL

A Nutrição é uma ciência que consiste basicamente na relação entre o homem e o alimento. No cenário mundial, seja como política social, ciência ou profissão, a Nutrição surgiu no período entreguerras (1918-1939), quando se percebeu que soldados alimentados lutavam melhor. Foi a partir disso que os experimentos e estudos voltados para a área da alimentação tiveram início. No Brasil, foi só em 1960, quando o país passou por forte desenvolvimento industrial, que as pesquisas viraram, de fato, ciência, e a profissão de nutricionista foi regulamentada. (CRISTOFOLLI, 2017, p.2).

Durante os anos de 1930 a 1963, o perfil nutricional do brasileiro tinha como característica principal a elevada ocorrência de doenças no campo nutricional que se relacionavam: "à miséria, à pobreza e ao atraso econômico, representadas pela desnutrição energético-proteica (DEP) e pelas carências nutricionais específicas como as deficiências de vitamina A (hipovitaminose A), de ferro (anemia ferropriva) e de iodo (bócio)". (VASCONCELOS, 2005, p.443).

Nesse processo, estudos que revelavam a realidade da classe trabalhadora começaram a ter repercussão nacional e, por causa da visibilidade dada a essa temática, políticas públicas voltadas para a insegurança alimentar começaram a aparecer. O crescimento do combate à fome se deu principalmente nos anos de 1943 e 1963, quando o assunto tomou proporções mundiais e as primeiras organizações não governamentais com este propósito foram criadas (VASCONCELOS, 2005, p.442).

Segundo o levantamento de dados sobre a fome feito por Vasconcelos (2005), durante os anos de 1964 a 1974, as condições de miséria e de fome no país se intensificaram. Mesmo assim, houve a ampliação do discurso voltado para programas que colocavam em foco a proteção de grupos vulneráveis, o combate à pobreza e a redistribuição de renda. Isso porque o país atravessava a Ditadura Militar (1964-1985), trazendo ideais como o assistencialismo, o paternalismo e o clientelismo político-eleitoral.

Entre 1975 e 1989, houve aumento da renda familiar e isso pode ser associado à expansão de programas sociais de alimentação de nutrição. Nesse período, também houve a redução da desnutrição entre crianças e adultos. Esses 14 anos foram marcados pelo destaque no combate à insegurança alimentar na agenda pública, especialmente a partir de 1985, nos dois primeiros anos da Nova República, período após a Ditadura. (VASCONCELOS, 2005, p.445).

Em 1990 teve início o governo de Fernando Collor (1990-1992), marcado pelo esvaziamento de políticas públicas, pela extinção de programas de alimentação e pela corrupção. Aqueles que foram mantidos passaram a ser alvo de desvio de verba pública. Também houve a substituição de tradicionais alimentos básicos por produtos industrializados – vale lembrar que segurança alimentar não é apenas ter o que comer, mas também ter comida nutritiva para não aumentar índices de doenças como a diabetes e a obesidade. Esses fatores também contribuíram com a profunda crise ética que acarretou no impeachment de Collor.

Quando Itamar Franco assumiu a presidência, em 1992, foi instalado o primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que foi desativado três anos depois, em 1995, durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1997), quando foi criado o Programa Comunidade Solidária (1995), apresentado como estratégia de combate à pobreza. O objetivo da iniciativa era reunir recursos estatais e apoio da sociedade para amenizar a questão da insegurança alimentar no país (ARANHA, 2010).

É possível traçar um paralelo do Programa Comunidade Solidária (1995) com o que foi visto no Brasil durante a pandemia da Covid-19. Apesar de não terem sido propostas pelo governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), diversas instituições têm realizado campanhas¹⁷ que incentivam a doação de roupas, de itens de higiene básica e, principalmente, de alimentos. Ao observar isso, percebe-se uma incapacidade do Estado em promover aquilo que é direito básico previsto na Constituição.

No segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), foi criada a Rede de Proteção Social, um compilado de 12 programas que tinham como objetivo assistir à população mais necessitada. Dentro dessa rede, pode-se destacar o Bolsa Alimentação (2001) e o Bolsa Escola (2001). O primeiro era voltado para gestantes, nutrizes e crianças entre seis meses e seis anos em risco nutricional. Cada família beneficiária recebia de R\$15,00 a R\$45,00 por mês, dependendo do número de pessoas que se encaixavam no público-alvo naquele núcleo. Já o Bolsa Escola (2001), foi o primeiro programa de transferência de renda que condicionava o recebimento de benefícios à educação de crianças de famílias de baixa renda. Os beneficiários eram crianças de seis a 15 anos em famílias com até meio salário mínimo per capita. Cada família recebia R\$ 15 por criança, até três crianças. (VASCONCELOS, 2005, p.11).

¹⁷Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/03/23/fome-no-brasil-como-ajudar- pessoas-a-comer-e-sobreviver-na-pandemia.htm>> Acesso em 28 jun. 2022

Ao falar de políticas sociais no Brasil é preciso falar da importância do Cadastro Único (2001)¹⁸, que tinha o objetivo de mapear famílias de baixa renda aptas a participar do Bolsa Escola (2001). No ano em que foi implementado, constatou-se que cada programa da Rede de Proteção Social tinha um cadastro específico e, por isso, a necessidade de centralizar todos os dados na Caixa Econômica Federal em um só sistema: o CadÚnico (2001). Atualmente, esse 'banco de dados' serve como base para outros programas sociais e foi imprescindível para a distribuição de benefícios que viriam anos depois de sua implementação, como o Auxílio Emergencial (2020).

3.1. FOME ZERO

Depois da implementação da Rede de Proteção Social, durante o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), foram incorporados quatro programas na "teia" proposta pelo governo FHC, mas a novidade, de fato, era o Programa Fome Zero (2003), que consistia num leque de ações, além de um benefício fixo mensal de R\$ 50 para famílias cadastradas.

A proposta do Programa Fome Zero (2003) foi apresentada em outubro de 2001, em um documento elaborado pelo Instituto Cidadania¹⁹, coordenado por José Graziano da Silva, ex-ministro do extinto Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome. A base da proposta era a alimentação como direito básico. A prioridade do programa era o combate à fome e à miséria. Vale ressaltar que, apesar de apresentado em 2001, foi só em 2003, com o início do governo Lula, que as políticas propostas do documento começaram a ser, de fato, implementadas. (YASBEK, 2004).

O documento que trazia as propostas do programa deixou explícito o pensamento de que, assim como acreditava Josué de Castro, no Brasil, a pobreza e o desemprego eram – e ainda são – as principais causas da insegurança alimentar. Diante da percepção da necessidade de promover mais assistência à população, o governo Lula passou a articular iniciativas, programas e políticas públicas nos três níveis do governo (federal, estadual e municipal).

O Projeto Fome Zero efetiva uma avaliação dos programas existentes na área da alimentação e nutrição a partir dos anos 90: em uma rápida síntese histórica, destaca a novidade representada pelo Consea e a importância da I Conferência

¹⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11016.htm#art15> Acesso em 4 jul. 2022

¹⁹ Disponível em: <<https://ifz.org.br/projeto-fome-zero-3/>> Acesso em 2 jul. 2022

Nacional de Segurança Alimentar em julho de 1994; faz referência ao Programa Nacional de Alimentação – Pronan do Ministério da Saúde; e mostra os impactos negativos da extinção do Consea e da criação do Conselho do Comunidade Solidária, no governo FHC, sobre a questão da segurança alimentar. Apresenta, ainda, o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos, reativado com a seca do Nordeste, que teve distribuição recorde de cestas em 1998. (YASBEK, 2004, p.107)

O levantamento de dados e a realização de estudos sobre as diversas esferas que compõem um país foram, e são, necessários para compreender e visualizar os pontos mais frágeis da estrutura. É isso que possibilita a diminuição da violência, da pobreza, da desigualdade social e, até mesmo, da propagação de um vírus extremamente transmissível, como o coronavírus.

Sendo assim, o primeiro passo adotado por especialistas, ONGs, pesquisadores e instituições ligadas ao tema da insegurança alimentar no Brasil foi analisar e levantar dados a respeito do assunto. O objetivo era apresentar políticas sociais para combater a fome e a insegurança alimentar e nutricional no país. A partir disso, o programa adotou como ponto de partida a Linha da Pobreza do Banco Mundial, que corresponde a US\$ 1,00 por dia, considerada como linha de pobreza extrema. Com base nisso, teve início o processo de regionalização e distinção das zonas rural e urbana (YASBEK, 2004, p.107).

Segundo o documento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, publicado em 2010, o Projeto Fome Zero mapeou, também com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, de 1999, mais de 9,3 milhões de famílias – 44 milhões de pessoas – sobrevivendo com menos de um dólar por dia, totalizando US\$80 por mês, seguindo a cotação de agosto de 2001. Em termos numéricos, esses 44 milhões de pessoas representam 28% da população brasileira naquele ano. As famílias pobres representam 22% do total de famílias brasileiras em 2001. Naquele ano, esse foi o público escolhido como o que seria beneficiado pelo projeto (FOME ZERO, 2010, p.46).

Durante o levantamento, concluiu-se que a insegurança alimentar no Brasil tinha três dimensões. A primeira delas era a insuficiência de demanda causada pela concentração de renda, pelos elevados níveis de desemprego e pelo baixo poder aquisitivo da classe trabalhadora. A segunda era basicamente uma questão inflacionária e ausência de reajuste de salários: os preços eram incompatíveis com o poder aquisitivo dos brasileiros – algo parecido com o que é visto no Brasil em 2022: preços exorbitantes e baixo poder aquisitivo – e a terceira é a falta de participação da parcela mais pobre no mercado (FOME ZERO, 2010, p. 170).

A pesquisa também mostrou que grande parte da população mais vulnerável se encontra nas grandes metrópoles ou na periferia de pequenas e médias cidades. A partir disso, é possível compreender a diferença do perfil da fome entre as cidades e o campo. A explicação dessa distinção é que, nas cidades, parte da população vulnerável encontra apoio de organizações não governamentais, órgãos públicos e/ou pessoas próximas.

A grande quantidade de resíduos alimentares encontrados nas cidades, por exemplo, permite o acesso de parte dessa população vulnerável à fome a algum tipo de alimento, ainda que de má qualidade. Portanto, podemos afirmar que a fome encontrada nas cidades – e em particular nas regiões metropolitanas – exige algumas políticas diferentes daquela que presenciamos no campo, onde as possibilidades de obtenção de alimento são menores, por mais paradoxal que possa parecer essa situação. Talvez seja mais correto afirmar que nas áreas urbanas é mais comum a situação de “vulnerabilidade” alimentar decorrente da pobreza do que da fome propriamente dita, que resulta na redução da massa corpórea. (FOME ZERO, 2010, p.21)

Para solucionar, ou pelo menos começar a combater, o ciclo da fome, o programa propôs *políticas estruturais, políticas específicas e políticas locais*. As primeiras consistem em políticas com efeitos importantes para amenizar a desigualdade e diminuir a vulnerabilidade alimentar das famílias, aumentando a renda, universalizando o acesso à alimentação e aos direitos sociais. Já as *políticas específicas* são aquelas destinadas a promover a segurança alimentar e combater a fome e a desnutrição do público-alvo estabelecido. As *políticas locais* tratam de um conjunto de políticas que podem ser implementadas por estados, municípios e também com a participação da sociedade civil. Além disso, essa esfera engloba programas que já estavam em funcionamento nos municípios e que tinham sucesso (FOME ZERO, 2010, p.23).

Figura 8 - Esquema das propostas do Projeto Fome Zero

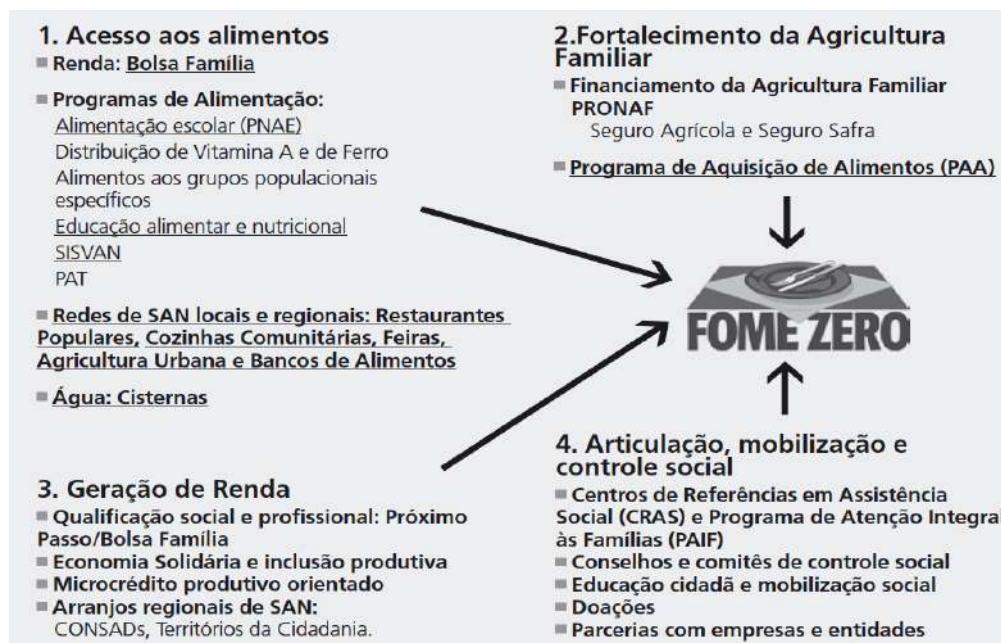


Fonte: (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010, p.20)

O programa definia um benefício de R\$ 50 para as famílias com renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo. As doações de cestas básicas emergenciais consistiam na distribuição de alimentos para grupos específicos, como os sem-terra, os indígenas e os quilombolas. O combate à desnutrição infantil e materna foi feito por meio do Bolsa Alimentação (2001) (FOME ZERO, 2010, p.172).

O documento também mostra que as ações do programa funcionavam em quatro eixos articulares: ampliação do acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, e articulação, mobilização e controle social.

Figura 9 - Eixos, programas e ações



Fonte: (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010, p.93)

O primeiro eixo do programa teve como objetivo a implementação de ações diretamente ligadas ao acesso da população de baixa renda à alimentação. O principal destaque dessa linha foi a criação do Programa Bolsa Família (2003), responsável por atender 12,650 milhões de famílias pobres e extremamente pobres – um total de 48 milhões de pessoas – que tinham renda per capita de R\$ 70 a R\$ 140 por mês.

O segundo eixo seria o responsável por fortalecer a agricultura familiar, uma vez que ela é a principal responsável pelo fornecimento de alimentos ao mercado doméstico. Dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE mostram que, apesar de ocupar apenas ¼ da área do país, a agricultura familiar correspondia a 38% do valor da produção de alimentos no Brasil (FOME ZERO, 2010, p.96). A partir disso, criou-se o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (2003), que estabelecia elos entre a oferta de alimentos e a demanda por alimentos para programas públicos.

O terceiro eixo estava diretamente ligado à qualificação da população de baixa renda para contribuir para sua inserção no mercado de trabalho, rompendo, assim, o ciclo da pobreza. Nesse âmbito, foi criado o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (2003) com o objetivo de atender às demandas dos empreendimentos econômicos solidários. Além disso, outras iniciativas como o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras Tecnológicas de

Cooperativas Populares (1997) e o Próximo Passo (2003), foram responsáveis pela profissionalização de milhares de trabalhadores (FOME ZERO, 2010, p.98).

Em termos numéricos, o programa conseguiu reduzir a pobreza e a extrema pobreza entre 2003 e 2008, sendo a extrema pobreza reduzida pela metade do valor inicial. Também houve redução no grau de desigualdade de renda no Brasil. As transferências de renda realizadas durante o PBF foram responsáveis por 28% da queda da disparidade econômica. Além disso, nove em cada dez famílias relataram melhoria na alimentação, sete em cada dez aumentaram a variedade de alimentos consumidos e nove em cada dez crianças faziam três ou mais refeições por dia (ARANHA, 2010).

No artigo O Programa Fome Zero no Contexto das Políticas Sociais Brasileiras, Maria Carmelita Yasbek (2004) traz as principais polêmicas e críticas ao programa. Como o projeto-piloto do programa foi realizado no semiárido do Nordeste, muito foi falado sobre isso. Segundo a autora, a escolha regional para o primeiro ano de funcionamento deixou muitas indagações sobre os possíveis impactos desse tipo de proposta para as populações urbanas vulneráveis à insegurança alimentar. Outra crítica foi o grande foco nos mais pobres entre os pobres. Para Yasbek, concentrar-se numa renda mínima nos limites da sobrevivência voltada para os incapazes de competir no mercado é uma forma excludente de fazer política pública (YASBEK, 2004, p.111).

Em março de 2003²⁰, o governo federal recebeu críticas do Banco Mundial ao Fome Zero. David Ferranti, representante do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe, falou sobre o excesso de programas em diversas frentes e a falta de coordenação entre as propostas. Esses fatores são percebidos ao pesquisar sobre o programa, uma vez que, de fato, são muitos braços com um único objetivo, trazendo uma dificuldade operacional à tona.

Outro ponto criticado no programa era a subordinação dos benefícios a várias instâncias no âmbito do Executivo. Cada um estava relacionado a uma área diferente, como Saúde, Educação e Assistência Social. Por causa da falta de centralização, famílias com mais de um cartão poderiam ser beneficiadas mais de uma vez, enquanto outras que também precisavam da assistência não eram contempladas.

Em outubro de 2003, o programa Bolsa Família unificou os principais programas de renda existentes. A partir daquele momento, o Cartão Alimentação, o Bolsa Escola (2001) e o Bolsa Alimentação (2001) se transformaram em um só programa. O objetivo era construir um

²⁰Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u47524.shtml>> Acesso em 3 jul. 2022

grande programa de transferência de renda que contemplasse todas as famílias pobres, com orçamento anual garantido (Fome Zero, 2010, p.179).

3.2. BOLSA FAMÍLIA

Com a centralização de diversos programas e iniciativas de transferência de renda, passa ser da responsabilidade de um único projeto o que antes era regulado por vários órgãos. Portanto, para falar do Programa Bolsa Família (2001), é preciso falar sobre os Programas de Transferência Condicionada (PTC).

Os PTCs consistem, basicamente, no recebimento de parte dos benefícios monetários de um programa de transferência de renda a partir do cumprimento de alguns 'acordos' que envolvem cuidados de saúde e de educação das crianças das famílias beneficiadas (RIBEIRO, 2017, p.806). É uma forma de promover avanços a longo prazo, trazendo a possibilidade de rompimento do ciclo da pobreza a partir de medidas de curto e médio prazo.

A centralização de programas de transferência de renda traz à tona a necessidade de uma responsabilidade compartilhada entre estados, municípios, sociedade e União. Isso porque, apesar da centralização, a implementação acontece de forma descentralizada pelos municípios que devem aderir ao programa. O governo municipal deve atender a duas questões principais: a existência formal e o pleno funcionamento de um comitê de controle social, além de indicar um gestor municipal do programa (OZANIRA, 2007, 1433). Aqui, é possível perceber, de forma mais palpável, o funcionamento de um programa de transferência de renda.

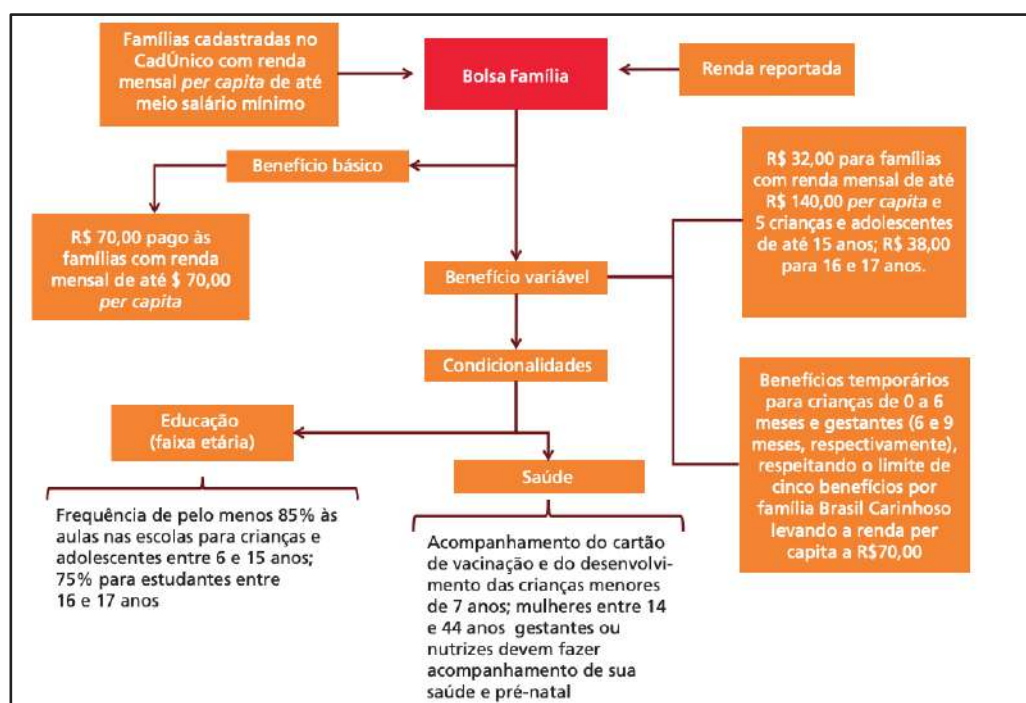
Entretanto, focalizar esses programas pode ser um grande desafio, uma vez que não se trata apenas de programas federais, mas também municipais e estaduais. Seriam necessárias, então, articulação política e negociações para que essa centralização, de fato, acontecesse. Ademais, concentrar programas de assistência e benefícios num país com a dimensão territorial e com a heterogeneidade do Brasil poderia ser complexo. Mesmo assim, isso poderia ser minimizado com o aperfeiçoamento do Cadastro Único (2001).

Ainda pensando que é preciso conhecer o inimigo para derrotá-lo, os anos de 2005 e 2006 foram marcados pela criação do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) e pela participação de todos os municípios brasileiros no programa. O IGD foi responsável, durante esse período, por mensurar a gestão de cada município, pelos aperfeiçoamentos do CadÚnico e pela reestruturação do acompanhamento de condicionalidades dos beneficiados pelo programa. Por essas novas modelagens, o CadÚnico passou a ter mais qualidade e o país conseguiu

umentar o número de pessoas contempladas pelo projeto. Foi durante esses anos, com a articulação do Ministério de Desenvolvimento Social, que o percentual de cadastros válidos no CadÚnico subiu de 31% para 92%. Com isso, em meados de 2006, o programa atingiu sua meta de atendimento, com cerca de 11 milhões de famílias contempladas pelo benefício da transferência de renda (Ipea, 2013).

O Programa Bolsa Família (2001) era destinado a famílias com renda familiar per capita de até R\$ 140. As famílias que possuíam renda mensal entre R\$ 70 e R\$ 140, por pessoa, poderiam ingressar no programa desde que tivessem crianças ou adolescentes de até 17 anos. O benefício variava entre R\$ 22 e R\$ 200, dependendo do número de filhos e da idade deles. Enquanto isso, famílias com renda mensal de até R\$ 70 podiam participar independentemente da idade dos membros (COTTA; MACHADO, 2013, p.55).

Figura 10 - Estrutura do Programa Bolsa Família



Fonte: (Ipea, 2013, p.128)

Mesmo com a ampliação do CadÚnico (2001) e com a delimitação dos benefícios recebidos por família, o foco principal do programa continuava sendo a população extremamente pobre. Mesmo que conseguisse alcançar todo o público-alvo, ou seja, famílias com renda per capita de até R\$ 120, parte da população ainda ficaria sem assistência.

Entre 2007 e 2008, o programa passou por algumas mudanças, que alteraram seu desenho. A regra de permanência foi uma dessas modificações, que consistia na possibilidade de variação da renda familiar dentro de um período de dois anos. Outra mudança foi a criação do benefício variável vinculado ao adolescente, destinado a famílias com membros entre 16 e 17 anos, no valor de R\$ 38. Também foi a partir desse período que houve a implementação de procedimentos de cruzamento de dados do CadÚnico (2001) com outros registros do governo federal, o que possibilitou avanços no programa (BOLSA FAMÍLIA, 2013, p.28)

De 2009 a 2010, mais uma vez, o programa investiu em pesquisas e mapeamento. Foi durante esses anos que o PBF (2001) adotou uma nova estratégia para seus atendimentos. Ela era baseada na ideia de que a renda dos mais pobres não era apenas baixa, mas também mais volátil. A partir dessa reflexão, a conclusão foi que o programa precisava, mais uma vez, ser ampliado. Para fazer o mapeamento daqueles que precisavam de mais benefícios para saírem da pobreza ou da pobreza extrema, o programa usou o método dos mapas de pobreza do Banco Mundial, com o objetivo de aprimorar o levantamento que, até então, era baseado no Censo 2000, realizado pelo IBGE. Também, nesse mesmo biênio, foi realizado o procedimento de revisão cadastral de famílias cujo cadastro estava em atualização há mais de dois anos.

Ao final de 2010, o PBF consolidou seus principais objetivos e pôde, a partir de pesquisas e levantamento de dados, avaliar o impacto das medidas do programa sobre a desigualdade de renda, a pobreza e a insegurança alimentar e nutricional. Durante esse período de sete anos, o país passou por avanços que possibilitaram mais acesso à educação e o aumento do salário mínimo, reduzindo a desigualdade social no Brasil (BOLSA FAMÍLIA, 2013, p.29).

Apesar disso, no artigo de Rosângela Cotta e Juliana Machado (2013), é possível encontrar um paradoxo no atendimento do programa. Segundo o estudo, o PBF promoveu um aumento do acesso aos alimentos que não foi necessariamente ligado à qualidade nutricional da alimentação e, sim, ao aumento do consumo de alimentos de maior densidade calórica. Isso se dá, muitas vezes, pela dificuldade de mapear os índices nutricionais de um programa com atendimento tão abrangente. Por isso, as autoras acreditam que programas de transferência de renda condicionada são eficazes, mas podem contribuir mais para o bem estar nutricional quando combinados com ações de promoção de alimentação saudável, regulamentação da propaganda de alimentos e ações que impactam o sistema produtivo diretamente, como a geração de emprego e a formalização de trabalho (COTTA; MACHADO, 2013, p.58).

3.3. AUXÍLIO EMERGENCIAL

Após ressaltar os principais programas voltados para o combate à insegurança alimentar e nutricional e à pobreza, é preciso abordar o combate à fome durante a pandemia da Covid-19 no Brasil. Em 2020, foi implementado, pela Lei nº 13.982, o Auxílio Emergencial. Diferente das primeiras propostas citadas nesta pesquisa, este auxílio surgiu com o objetivo de minimizar os impactos socioeconômicos da pandemia no Brasil.

O benefício foi instituído após o estabelecimento de medidas restritivas e do distanciamento social. Por causa da pandemia da Covid-19, muitas atividades econômicas que envolvem mão de obra informal e atividades de lazer como o funcionamento de bares e restaurantes foram prejudicadas. Naquele momento, a maior parte dos estados brasileiros já tinham decretado medidas restritivas de isolamento social em relação ao decreto do estado de emergência pela pandemia.

No dia 19 de março de 2020, foi anunciada a primeira medida que sinalizava a criação do benefício pelo Ministério da Economia. Posteriormente, o auxílio emergencial foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República no dia 2 de abril de 2020. O benefício consiste na distribuição do valor mensal de R\$ 600 para garantir o que foi considerado renda mínima aos brasileiros em situação de vulnerabilidade²¹.

O decreto n. 10.316, de 2020, de 7 de abril de 2020 regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da pandemia. O auxílio foi estabelecido pelo Ministério da Economia, mas a responsabilidade de gerir o benefício e de ordenar as despesas para implementar o projeto coube ao Ministério da Cidadania. Além disso, também foi responsabilidade da pasta processar dados de famílias beneficiárias do PBF e daqueles que eram cadastrados no CadÚnico. Foi por iniciativa do Ministério da Cidadania, também, que os benefícios do Bolsa Família foram suspensos²².

O público-alvo do Auxílio Emergencial foi especificado como trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados. O texto do decreto²³

²¹ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm> Acesso em 28 jun 2022

²² Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.316-de-7-de-abril-de-2020-251562799>> Acesso em 28 jun. 2022

²³ Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.316-de-7-de-abril-de-2020-251562799>> Acesso em 28 jun. 2022

também traz outros critérios para o recebimento do benefício, como ter mais de 18 anos, não ser titular de benefício previdenciário ou assistencial do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal (com exceção do PBF), ter renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda mensal total de até três salários mínimos.

Para receber o auxílio, no ano de 2020, o beneficiário não poderia ter recebido rendimentos tributáveis acima de R\$28.559,70. Além disso, vale ressaltar que o pagamento inicial previsto foi de três parcelas, independente da data de sua concessão. Famílias monoparentais receberam duas cotas do auxílio, mesmo que houvesse outro trabalhador elegível na família²⁴. Todos esses públicos iriam receber o benefício pela Caixa Econômica Federal, por conta já existente do Bolsa Família, ou por abertura de conta digital.

A implementação de um novo programa de distribuição de renda – numa situação tão emergencial como uma pandemia – depende de um aparato de estruturas internas. Portanto, é possível afirmar que a agilidade com a qual se deu a operacionalização do programa se deve, principalmente, a programas e levantamentos feitos anteriormente, como o CadÚnico (2001) e o PBF (2001).

Por ser um processo emergencial e urgente, os pagamentos deveriam ser efetuados da forma mais rápida possível. A princípio, o programa avaliaria a elegibilidade dos cadastrados e o pagamento seria realizado em até três dias. Apesar disso, a avaliação durou meses. O que era para ser feito digitalmente para evitar uma maior propagação da Covid-19, por causa desse atraso, acabou gerando filas enormes em volta de agências da Caixa Econômica, aguardando o pagamento²⁵. Mesmo com esses problemas, o programa alcançou, em 2020, 68,3 milhões de brasileiros que receberam ao menos uma das parcelas do Auxílio Emergencial. Com base nas estatísticas do Ministério da Cidadania²⁶, o programa alcançou 55,7% da população, considerando a contagem de pessoas elegíveis e os membros de suas famílias.

Depois dos cinco primeiros meses do benefício, o Governo Federal publicou uma medida provisória²⁷ com diferenciais na parte de cruzamento de dados, nos critérios de elegibilidade e também no valor a ser fornecido. O auxílio passava a ser de R\$300 ou de R\$600

²⁴Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.316-de-7-de-abril-de-2020-251562799>> Acesso em 28 jun. 2022

²⁵Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/27/pessoas-dormem-na-fila-da-caixa-no-primeiro-dia-do-saque-do-auxilio-emergencial-no-rj.ghtml>> Acesso em 28 jun. 2022

²⁶Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/index.php?g=2>> Acesso em 28 jun. 2022

²⁷Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.000-de-2-de-setembro-de-2020-275657334>> Acesso em 28 jun. 2022

se a família beneficiada fosse chefiada por mulheres provedoras. Outra diferença foi a não exigência do recebimento das quatro parcelas mensais do valor.

Depois dessas quatro parcelas, o auxílio ficou suspenso por quatro meses. Por meio da Emenda Constitucional 109/2021²⁸, foi estabelecido um teto de gastos. Com isso, novas regras para o auxílio foram estipuladas. A partir daí, ficava restrito o pagamento do benefício a uma pessoa por família, sendo o benefício das mães-solo de R\$375, o de pessoas com mais membros na família que recebiam o auxílio em 2020 de R\$250 e o de quem morava sozinho de R\$150.

3.4. AUXÍLIO BRASIL

No dia 11 de novembro de 2021, o presidente Jair Bolsonaro sancionou uma lei que remaneja R\$9,3 bilhões do orçamento do Bolsa Família (2001) para o novo programa social do governo, o Auxílio Brasil (2021)²⁹. Assim, depois de 18 anos de existência e funcionalidade, o PBF foi extinto pelo governo um dia antes da sanção da lei do remanejamento, no dia 10 de novembro de 2021.

Pouco mais de duas semanas depois, no dia 29 do mesmo mês, Bolsonaro sancionou com vetos a lei que criou o Auxílio Brasil (2021). A medida provisória que deu origem à lei foi aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 25 de novembro de 2021 e pelo Senado no dia 2 de dezembro do mesmo ano³⁰.

Segundo o texto aprovado pelos parlamentares, o Auxílio Brasil (2021) beneficia famílias em situação de pobreza, com renda per capita mensal de R\$105,01 a R\$210 e famílias em situação de extrema pobreza, com renda per capita mensal igual ou inferior a R\$105. As famílias que se enquadrarem na situação de pobreza apenas serão elegíveis ao Programa Auxílio Brasil se possuírem em sua composição gestantes, nutrizes ou pessoas com idade até 21 anos³¹.

O órgão responsável pelo programa, assim como foi com o Auxílio Emergencial, é o Ministério da Cidadania. O Auxílio Brasil (2021) funciona basicamente da mesma forma que o Bolsa Família (2001), integrando e articulando políticas e ações direcionadas, por exemplo, ao

²⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc109.htm> Acesso em 28 jun. 2022

²⁹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/11/bolsonaro-sanciona-lei-que-remaneja-r-93-bilhoes-do-bolsa-familia-para-o-auxilio-brasil.ghtml>> Acesso em 28 jun. 2022

³⁰ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/30/bolsonaro-sanciona-com-vetos-lei-que-cria-auxilio-brasil.ghtml>> Acesso em 28 jun. 2022

³¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm> Acesso em 28 jun. 2022

fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social e à transferência direta e indireta de renda.

O valor da parcela do benefício não é fixo e varia de acordo com os benefícios financeiros que constituem o programa. Fazem parte do Auxílio Brasil (2021) o Benefício da Primeira Infância, que consiste em R\$ 130 mensais destinados a famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza com crianças de até três anos; o Benefício Composição Familiar, que consiste em R\$ 65 mensais destinados a famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza com gestantes, nutrizes ou pessoas entre 3 e 21 anos incompletos; o Benefício de Superação da Extrema Pobreza, pago a famílias em situação de extrema pobreza cuja renda per capita mensal, mesmo com os benefícios anteriores, seja igual ou inferior ao valor da linha de extrema pobreza e o Benefício Compensatório de Transição, destinado a famílias beneficiárias do PBF que tiveram redução no valor financeiro total dos benefícios recebidos em decorrência da estrutura do Auxílio Brasil.

Apesar disso, a insegurança alimentar continuou presente no país. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil³² mostra que, em 2022, a fome continua presente em 21,5% dos domicílios das famílias que recebem o benefício. A pesquisa também mostra que, apesar dos níveis de segurança alimentar terem se mantido em torno de 40%, entre o último trimestre de 2020 e o primeiro de 2022, a insegurança alimentar grave subiu de 9% para 15,5%, incorporando, em um ano, 14 milhões de brasileiros às estatísticas da fome no Brasil (REDE PENSSAN, 2022, p. 19).

Em virtude de tudo o que foi dito anteriormente, é possível concluir que a fome é, ou pelo menos deveria ser, notícia. Partindo do papel social da profissão, o bom jornalismo tem como função importante dar voz àqueles que não a têm. Numa sociedade desigual reforçada pelo sistema econômico vigente e, muitas vezes, pela ausência de políticas sociais, é preciso informar a realidade de pessoas em situação de vulnerabilidade e cobrar a presença do Estado para que os direitos previstos na Constituição sejam garantidos a todos.

³²Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>> Acesso em 4 jul. 2022

4. A FOME COMO NOTÍCIA

Um fator que explica a necessidade de noticiar a questão da fome no Brasil é a definição de quais são os “critérios de noticiabilidade”. Mas, para entender esses critérios, é necessário compreender o significado de noticiabilidade. Gislene Silva (2005) compreende como noticiabilidade:

todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (SILVA, 2005, p. 52).

Para Mauro Wolf (2008), os critérios de noticiabilidade seguem quatro principais fatores. São eles: a importância do indivíduo (nível hierárquico); a influência sobre o interesse nacional; o número de pessoas envolvidas e a relevância quanto à evolução futura. Enquanto isso, Nelson Traquina (2008) organiza-os em valores de seleção, subdivididos em substantivos e contextuais, e valores de construção.

Os valores-notícia de seleção estão divididos em dois subgrupos: a) os critérios substantivos que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia, e b) os critérios contextuais que dizem respeito ao contexto de produção da notícia. Os valores-notícia de construção são qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas guia para apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia (TRAQUINA, 2008, p. 78).

São esses os principais conceitos que dizem respeito à noticiabilidade da fome. Além disso, é perceptível que o assunto precisa ser retratado. Se até os governos reconhecem que pessoas passam fome no país e implementam auxílios, também é preciso reconhecer a importância de noticiar esse tema para a sociedade. Ademais, fazendo uso dos critérios citados por Wolf (2008), o número de pessoas envolvidas e a relevância quanto à evolução futura são características que se encaixam, o que pode ser percebido a partir do cenário da fome retratado pela FAO³³.

³³ Ver dados trazidos no Capítulo 2.

Tanto Silva quanto Wolf mencionam as estruturas que envolvem o jornalismo e os profissionais que noticiam os fatos. Por isso, além da noticiabilidade, é preciso levar em consideração que os veículos possuem linhas editoriais que determinam o tom das reportagens, o espaço que elas devem ocupar e a frequência com a qual determinado tópico aparece no jornal.

Em 1996, Pâmela Shoemaker e Stephen D. Reese entenderam a notícia como um artefato social complexo e decorrente de múltiplas influências que marcam, desde as escolhas dos acontecimentos a serem noticiados, até a construção de suas narrativas. Segundo os pesquisadores, essas influências subdividem-se em cinco níveis. São eles: 1) as características individuais dos comunicadores a partir de suas próprias experiências; 2) as experiências profissionais; 3) as atitudes, valores e crenças pessoais; 4) as funções profissionais e premissas éticas e, por fim, 5) a influência desempenhada pelos indivíduos dentro das redações (SHOWEMAKER; REESE, 1996, p.64).

Antes de ir ao ar ou de ser publicada, uma reportagem passa por diferentes mãos e olhos. Primeiro, a pauta é sugerida, depois apurada, produzida, gravada ou escrita e, só então, aprovada pelo editor-chefe da redação, que ainda pode sugerir que o repórter faça alguma alteração. Além disso, por causa da unidade do jornalismo e da internet, a matéria precisa ser, muitas vezes, publicada nas redes sociais do veículo com uma linguagem específica que chame atenção do público o suficiente para que seja muito compartilhada, para que tenha *clicks* e comentários.

Segundo McCombs e Shaw (1972) o que é publicado nos veículos de imprensa e, principalmente, o que é repercutido, tem impacto na sociedade. A teoria do jornalismo que explica essa relação é a Teoria do Agendamento (MCCOMBS; SHAW, 1972), que defende a ideia de que os consumidores de notícias tendem a dar mais atenção aos assuntos que são veiculados na imprensa, como se os meios de comunicação fossem os responsáveis por agendar as conversas e pautar os relacionamentos.

Partindo dessa ideia de que as narrativas da mídia – realizadas a partir da linha editorial dos veículos e dos profissionais que produzem a notícia – podem influenciar as regras de sociabilidade, ditando o que é relevante e o que merece atenção, é preciso considerar esses fatores ao analisar coberturas jornalísticas.

4.1. A FOME NO JORNAL O GLOBO DURANTE A PANDEMIA

Para entender a cobertura jornalística sobre a fome durante a pandemia, serão levadas em consideração publicações do jornal O Globo como ponto de partida para a análise do

noticiário desse tema. Para que as reportagens sejam analisadas de forma mais completa, é preciso ter a compreensão da linha editorial do veículo, bem como o conhecimento daqueles que estiveram por trás dessa cobertura.

Dentro dos princípios editoriais³⁴ do veículo a ser analisado, destaca-se o primeiro deles: a isenção. Para O Globo, essa é a palavra-chave do jornalismo, sem a qual a informação fica enviesada. Ao ler sobre os atributos seguidos pelo jornal, chama atenção a 'hierarquia', citada como um tópico dentro do princípio da isenção. Segundo os princípios editoriais do grupo do qual o veículo faz parte:

A hierarquia, numa redação, é fundamental para que o trabalho jornalístico possa ser feito a tempo e à hora. E a decisão final caberá sempre àquele que estiver no comando. Ocupantes de cargos de chefia e direção devem, contudo, ter ouvidos abertos a críticas e argumentações contrárias. O trabalho jornalístico é essencialmente coletivo, e errarão menos aqueles que ouvirem mais. Porque aquilo que pode parecer certo, acima de dúvidas, confrontado com outros argumentos, pode se revelar apenas fruto de gosto pessoal, idiosincrasia ou preconceito (GLOBO, 2011, p.7).

Para melhor compreender a dinâmica de funcionamento da redação do jornal O Globo, foi realizada uma entrevista com o editor-chefe da editoria Rio do jornal, Fábio Gusmão, com o objetivo de visualizar o impacto que os profissionais do veículo e que a hierarquia citada acima pode ter na cobertura de um determinado tema. A editoria de Gusmão foi a escolhida por partir dela a foto que repercutiu internacionalmente por retratar o cenário da fome no Brasil durante a pandemia

³⁴ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/#topo>> Acesso em 9 jul. 2022

Figura 10 – Garimpo contra a fome na editoria Rio

RIO

Garimpo contra a fome: sem comida, moradores do Rio recorrem a restos de ossos e carne rejeitados por supermercados



A pobreza extrema, que leva pessoas a buscar os restos, foi acentuada no Brasil durante a pandemia de Covid-19

Luis Vander, 39 anos, escolhe suas peças e ajuda a organizar a distribuição. Em situação de rua, ele tem habitado as calçadas da Glória Foto: Domingos Peixoto / Agência O Globo

Rafael Nascimento de Souza e Gabriel Sabóia
29/09/2021 - 07:00 / Atualizado em 29/09/2021 - 11:12

Fonte: O Globo digital³⁵

Figura 11 - Homem em situação de rua escolhe ossos para se alimentar



Fonte: Domingos Peixoto / Agência O Globo³⁶

Para isso, foi realizada, no dia 22 de junho de 2022, uma entrevista de 37 minutos com o editor. As perguntas foram feitas de forma remota, pela plataforma Zoom, com a câmera da autora e do entrevistado abertas. A escolha da metodologia entrevista em profundidade se deu por ser a ferramenta mais capaz de explicar a produção da notícia em um veículo de

³⁵ Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/rio/garimpo-contr-a-fome-sem-comida-moradores-do-rio-recorrem- restos-de-ossos-carne-rejeitados-por-supermercados-25216803> > Acesso em 20 jul. 2022

³⁶ Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/rio/garimpo-contr-a-fome-sem-comida-moradores-do-rio-recorrem- restos-de-ossos-carne-rejeitados-por-supermercados-25216803> > Acesso em 20 jul. 2022.

comunicação, uma vez que, como afirmou Jorge Duarte (2005), muitas vezes, saber como e por que as coisas acontecem é mais útil do que obter informações precisas sobre o que está ocorrendo.

A partir da entrevista em profundidade com Fábio Gusmão, foi possível perceber três padrões jornalísticos na cobertura da fome realizada pelo veículo. O primeiro deles diz respeito à frequente divulgação e também realização de campanhas pelo jornal O Globo e pelo Grupo Globo de forma geral. O segundo tem a ver com a matéria atrelada ao gancho de pesquisas sobre a insegurança alimentar no país. O terceiro é o retrato da fome a partir de personagens em situação de insegurança alimentar.

Diante dos padrões expostos, foi realizada uma pesquisa no próprio site do veículo, fazendo uso da ferramenta de busca presente na plataforma digital, procurando pela palavra “fome”. As matérias foram selecionadas a partir do formato, considerando o tamanho e data de publicação. Com o objetivo de compreender, em termos numéricos, as três abordagens citadas por Fábio Gusmão ao longo da entrevista, também foi realizada uma análise a partir de um rol de 24 matérias publicadas por jornalistas do Rio de Janeiro, entre julho de 2021 e julho de 2022 que seguiam esses três padrões percebidos na entrevista.

Tabela 1: Padrões do jornal O Globo

TÍTULO DAS REPORTAGENS	CAMPANHAS DE COMBATE À FOME	PESQUISAS E LEVANTAMENTOS SOBRE INSEGURANÇA ALIMENTAR	O RETRATO DA FOME A PARTIR DE QUEM SENTE FOME
“Campanha incentiva combate à fome através da literatura”	X		
“Cabeleireiro e salão de beleza na Penha se unem para combater a fome e o frio”	X		
“Fome ou insegurança alimentar atinge 41% dos brasileiros, e situação pode se agravar com pandemia”		X	

“A raspa e o resto: pratos da fome no Brasil são feitos com alimentos doados ou encontrados no lixo”		X	X
“Garimpo contra a fome: sem comida, moradores do Rio recorrem a restos de ossos e carne rejeitados por supermercados”			X
“‘Garimpo contra a fome’ no Rio: ONGs operam no máximo da sua capacidade, mas não dão conta da fila de famintos”	X	X	
“‘Garimpo contra a fome’: Movimento União Rio faz campanha para arrecadar recursos”	X		
“Campanha Natal Sem Fome é lançada com protesto na Praia de Copacabana”	X		
“‘É fome, por favor, é fome’: vídeo mostra homem implorando por alimento em condomínio de Brasília, e internautas dizem que cena é frequente”		X	X
“Grife promove corrida de rua contra a fome e doará dez pratos de comida por inscrição”	X		
“Brasileiros no exterior fazem campanha de arrecadação para doar mais de 2 mil cestas básicas a famílias em situação de fome no país”	X	X	
“Fome atinge nível mais alto em 20 anos na América Latina e no Caribe em 2020, diz relatório da ONU”		X	

“Natal com fome: beneficiários dos extintos Bolsa Família e Auxílio Emergencial devem passar fim de ano à míngua”			X
“Sorteio de ingressos do Rock in Rio faz campanha Natal Sem Fome bater recorde de doações”	X		
“Ação da Cidadania começa a distribuição de alimentos para 30 mil famílias no Estado do Rio através da campanha Natal Sem Fome”	X		
“Refugiados como Moïse passam fome e humilhações no Brasil na contramão de legislação avançada”		X	X
“Combate à fome: vem aí o prato feito, de graça, no restaurante ou na quentinha”	X		
“Risco de fome atinge patamar recorde no Brasil e ameaça 36% das famílias”		X	
“Fome atinge 33,1 milhões de brasileiros, 14 milhões a mais em pouco mais de um ano”		X	X
“Pesquisa mostra que 2,8 milhões de pessoas passam fome no estado do Rio”		X	
“Fome no Rio: 'Um cachorro saiu com um pacote de salsicha na boca e corri atrás dele pra pegar', conta catadora”		X	X
“Crianças e idosos estão entre os mais afetados pela fome no estado do Rio”		X	X
“Para combater frio e fome, niteroienses intensificam	X		

ações de solidariedade no inverno”			
“Insegurança alimentar atinge 60 milhões de brasileiros e 15 milhões passam fome, aponta ONU”		X	
TOTAL: 24	11	13	8

A partir desse levantamento, percebe-se a possível coexistência de mais de um padrão em algumas reportagens. Em oito das 24 matérias analisadas, ou seja, 33,3% do total, mais de um desses fatores foram usados para ilustrar o cenário da fome no país. Além disso, nota-se a predominância de pesquisas e levantamentos para embasar a noticiabilidade da temática da insegurança alimentar, mesmo quando o foco da matéria está mais voltado para campanhas de combate à fome ou para personagens que retratam essa situação.

Tendo como base o levantamento realizado e as abordagens percebidas durante a entrevista com Fábio Gusmão, será analisada uma matéria para cada um desses três padrões, com o intuito de ilustrar a cobertura jornalística do veículo quando o assunto é insegurança alimentar durante a pandemia no Brasil.

4.1.1. CAMPANHAS DE COMBATE À FOME

Dentro do primeiro padrão, destaca-se a matéria³⁷ da repórter Larissa Medeiros, publicada no dia 17 de dezembro de 2021. A publicação foi realizada na quinta-feira e a campanha retratada se estenderia até domingo. Por isso, a reportagem, dentro da editoria Rio, é especificada como 'serviço', por se tratar da divulgação de um projeto social: a Ação Cidadania. Neste caso, o principal assunto é a nova sede do projeto ter iniciado a distribuição de alimentos para 30 mil famílias no estado do Rio de Janeiro por meio da campanha Natal Sem Fome.

A matéria traz dados sobre a quantidade de alimentos arrecadados, somando 1,5 mil toneladas, contando com a participação de pessoas e empresas parceiras. O número de instituições que colaboram com o projeto também é divulgado: são 300 organizações sociais que atuam em prol de pessoas em situação de vulnerabilidade no estado do Rio de Janeiro. A reportagem ainda repercute os valores arrecadados, que somam R\$ 10 milhões até o momento

³⁷Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/acao-da-cidadania-comeca-distribuicao-de-alimentos-para-30-mil-familias-no-estado-do-rio-atraves-da-campanha-natal-sem-fome-25322916>> Acesso em 9 jul. 2022

de publicação da matéria, possibilitando a preparação de quatro mil cestas a mais que em 2019 e 2020.

A fala do presidente do Conselho do Ação da Cidadania, Daniel de Souza, é um aspecto bastante comum em matérias que abordam projetos sociais. Isso porque é preciso ter uma dimensão do impacto do programa e da situação atual da campanha. Neste caso, Daniel de Souza fala que, apesar do grande número de doações, toda ajuda ainda é bem-vinda, porque, mesmo depois que a ação terminar, outros trabalhos de distribuição de alimentos para a população vulnerável seriam realizados: “A reta final do Natal Sem Fome é nesse domingo, mas tudo o que arrecadaremos depois de domingo também servirá para o Brasil Sem Fome, outra campanha em 2022, que já existe e seguirá após o Natal”³⁸. A matéria ainda traz uma imagem do galpão onde ficam concentradas as doações do programa para possibilitar que o leitor visualize a quantidade de arrecadações e explica o tema da campanha do ano de 2021.

Além dos dados e da fala da organização do projeto, destaca-se a fala dos voluntários, que é necessária para mostrar para o leitor o sentimento que esse tipo de ação gera. A reportagem traz a fala de dois colaboradores. O texto traz o depoimento do ajudante de obra Leonardo Arruda, de 38 anos, que participou do projeto pela primeira vez naquele ano. Ele fala que sempre quis ajudar e que conseguiu desta vez por meio da indicação de um amigo. Leonardo fala sobre o sentimento que tem por poder ajudar aqueles que precisam e afirma a importância do projeto, que o ajudante de obra diz não ter noção do quanto isso pode atingir.

No caso dessa reportagem, por se tratar de um serviço para alertar a data final do programa, não há falas de personagens que são ajudados pela campanha, o que também costuma ser importante para esse tipo de matéria, com o objetivo de mostrar a cara da fome e o impacto real que ações sociais têm na vida de pessoas em situação de vulnerabilidade.

4.1.2. PESQUISAS E LEVANTAMENTOS SOBRE INSEGURANÇA ALIMENTAR

O segundo padrão diz respeito à divulgação de dados sobre a temática da fome no Brasil. Ao responder à pergunta da autora sobre a frequência com a qual o veículo aborda a insegurança alimentar ao longo da pandemia, Gusmão fez questão de frisar que, para noticiar, era importante

³⁸ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/acao-da-cidadania-comeca-distribuicao-de-alimentos-para-30-mil-familias-no-estado-do-rio-atraves-da-campanha-natal-sem-fome-25322916>> Acesso em 9 jul. 2022

ter dados. Esse tipo de levantamento requer tempo para ser realizado e só começou a ser divulgado pelo menos um ano depois do início da pandemia no país.

Seguindo essa abordagem, o Globo publicou uma reportagem³⁹ com os dados da pesquisa da Rede Penssan, que também foram utilizados neste trabalho⁴⁰. Isso acontece com frequência em veículos jornalísticos, que têm profissionais específicos para realizar o que chamamos de 'ronda', para apurar possíveis pesquisas que serão divulgadas futuramente. Muitas vezes, essa ronda é capaz de gerar dados embargados e com exclusividade, que serão divulgados primeiro por aquele veículo. Uma espécie de 'acordo' entre as partes. Depois, os dados são divulgados para o público geral e para os demais veículos de comunicação. A importância de ter números para ilustrar determinada situação é fazer com que o leitor entenda a dimensão de um determinado acontecimento.

No dia 8 de junho de 2022, a matéria publicada pelas repórteres Jéssica Marques e Carolina Nalin, cumpre esse papel ao falar sobre 33,1 milhões de brasileiros que passam fome, segundo o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. A reportagem também traz, explicando a metodologia utilizada no estudo, um comparativo em relação à primeira pesquisa da mesma rede, realizada em 2020. Em pouco mais de um ano, houve um aumento de 14 milhões de brasileiros passando fome. Outro dado da pesquisa abordado pela reportagem é o retrocesso de 30 anos que leva o país para o mesmo patamar da década de 1990. Para exemplificar esse retrocesso, as repórteres selecionam o dado de que, quando a pesquisa foi realizada, 58,7% dos brasileiros conviviam com algum grau de insegurança alimentar e compara esse percentual com o cenário do ano de 1993, quando o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estimou 32 milhões de brasileiros, embora sob outra metodologia.

Um fator importante para a repercussão de dados em veículos jornalísticos é a entrevista com especialistas que conseguem abordar, com maior propriedade, determinado assunto. É uma forma de trazer a voz da ciência para explicar o que aqueles números, de fato, significam. As entrevistas com especialistas são muito comuns no jornalismo para complementar a reportagem. Nesse caso, o veículo traz a fala do coordenador da Rede Penssan, Renato Maluf, que também é professor do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) da UFFRJ. Por ser um dos organizadores do estudo, é comum que a reportagem traga outra voz de

³⁹Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/06/fome-atinge-331-milhoes-de-brasileiros-14-milhoes-a-mais-em-pouco-mais-de-um-ano.ghtml>> Acesso em 10 jul. 2022

⁴⁰ Ver página 18

autoridade no assunto, para que a matéria não fique, de certa forma, enviesada. Para isso, o veículo traz Francisco Menezes, analista de políticas da ActionAid e ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Ambos são responsáveis pela repercussão dos dados da pesquisa, mas também para explicar que os números alarmantes são fruto de um conjunto de ações, como a falta da correção de valores dos benefícios governamentais e a fila de espera pelo Auxílio Brasil. Eles ainda trazem instrumentos que podem ser capazes de equacionar a fome e a insegurança alimentar no Brasil, como a política de agricultura familiar, a ampliação de empregos e a valorização de salários.

Para retratar a fome com mais proximidade do leitor, a matéria traz imagens de diferentes pessoas em situação de insegurança alimentar, mas, chama atenção o relato de Sara da Silva Pestana, de 35 anos, que tem tido dificuldades para colocar comida na mesa dos filhos. Ela tem quatro filhos e mora no Rio Comprido, na Zona Norte do Rio e trabalha há quatro anos como autônoma, fazendo alongamento de unhas e cílios postiços. Como grande parte dos trabalhadores do setor de beleza, ela sentiu o impacto na renda com a perda da clientela na pandemia e no encarecimento dos produtos. Segundo a personagem, nem o auxílio do governo e a doação de cestas básicas foram o suficiente para barrar a insegurança alimentar em casa. Nesse caso, a história de Sara é usada como um complemento da matéria, mas, em outras reportagens do mesmo veículo, o personagem é a pauta

4.1.3. O RETRATO DA FOME A PARTIR DE QUEM SENTE FOME

O terceiro padrão percebido a partir da entrevista realizada com Fábio Gusmão está relacionado à comprovação de estatísticas. Para que o leitor não veja a fome apenas como números divulgados em pesquisas e levantamentos, é preciso contar a história e mostrar a realidade de quem passa fome.

Para exemplificar esse padrão, destaca-se a reportagem⁴¹ de Rafael Nascimento de Souza e Gabriel Sabóia, publicada no dia 29 de setembro de 2021. De acordo com o editor-chefe do jornal O Globo, as imagens dessa matéria têm impacto significativo no retrato da

⁴¹Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/garimpo-contr-a-fome-sem-comida-moradores-do-rio-recorrem-restos-de-ossos-carne-rejeitados-por-supermercados-25216803>> Acesso em 10 jul. 2022

história do Brasil durante o período da pandemia da Covid-19⁴². A foto⁴³ da reportagem mostra Luis Vander, de 39 anos, escolhendo peças de restos dentro de um caminhão no bairro da Glória, no Rio de Janeiro.

Os repórteres relatam um cenário que acontece, pelo menos, duas vezes na semana, no bairro localizado na Zona Sul da cidade. Pela manhã, um caminhão é estacionado e, minutos depois, uma fila se forma. A rapidez com que isso acontece é explicada pela espera do veículo por pessoas que moram nas ruas daquela região. Ao abrir o caminhão, a realidade do país é escancarada: o motivo da espera é a chegada de um veículo com ossos e pelancas. A fila de pessoas é para selecionar o que vai ser o 'alimento' daquele dia e do próximo. O motorista e seu ajudante recolhem ossos e pelancas de supermercados da cidade.

Com o objetivo de contextualizar essa cena assustadora, a reportagem traz dados que retratam o desemprego no país – que ficou em 14,1% no segundo trimestre de 2021, atingindo 14,4 milhões de brasileiros – e da inflação, que teve prévia de 10,05% no acumulado de 12 meses naquele mês, ultrapassando os dois dígitos pela primeira vez desde fevereiro de 2016. Por causa desses índices elevados, as pessoas formam a fila na frente do veículo para tentar de achar um pedaço de carne para comer.

A matéria faz um compilado de histórias de pessoas em situação de insegurança alimentar, como é o caso de Vanessa Avelino de Souza, de 48 anos. Em situação de rua, ela vai, uma vez por semana, até o ponto de distribuição e, com paciência, separa pelanca por pelanca, osso por osso, em busca de algo melhor para colocar na sacola. Com o osso, Vanessa relata fazer sopa, colocar no arroz, no feijão e guardar a gordura para fazer comida: “A gente limpa e separa o resto de carne. Com o osso, fazemos sopa, colocamos no arroz, no feijão... Depois de fritar, guardamos a gordura e usamos para fazer a comida”.⁴⁴ Ela tem cinco filhos, mas não convive com eles porque não pode cuidar deles. As crianças vivem com a mãe da entrevistada, que também não tem muita coisa, mas, às vezes, consegue doações.

A partir de um levantamento da Rede Brasileira de Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional, que mostra que mais de 116,8 milhões de pessoas vivem sem acesso pleno e permanente à alimentação, a reportagem traz mais exemplos reais de como esse dado aparece na sociedade. Denise da Silva, de 51 anos, é mãe de cinco filhos e avó de 12 netos. Ela vai até

⁴² Entrevista concedida por Fábio Gusmão, editor-chefe do jornal O Globo, cit.

⁴³ Ver figura 11, na página 33

⁴⁴ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/garimpo-contrafome-sem-comida-moradores-do-rio-recorrem-restos-de-ossos-carne-rejeitados-por-supermercados-25216803>> Acesso em 10 jul. 2022

o caminhão duas vezes na semana e, para chegar ao seu destino, percorre 33 km de trem e caminha outros três porque não tem dinheiro para a passagem. Ela relata aos repórteres que não vê um pedaço de carne desde o começo da pandemia e, por causa disso, o osso é a 'fonte de proteína' a que ela e a família têm acesso. O veículo também traz o relato de Sheila Fernandes da Silva, de 43 anos, irmã de Denise. Destaca-se um ponto similar na fala das duas: ambas se mostram gratas aos restos e felizes pelo que conseguem recolher.

Além das irmãs, Karlinca de Jesus, de 48 anos, também fala sobre a iniciativa do motorista do caminhão de pelancas. Ela se mudou do Espírito Santo para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida, mas, no momento, está em situação de rua. Assim como as duas personagens anteriores, ela também enxerga essa distribuição como 'uma ajuda e tanto' e relata que, mesmo assim, várias vezes passa fome: “Pego aqui há uns seis meses às terças. É uma ajuda e tanto! Pego, levo e salgo. Durante a semana, vou fazendo para a gente. Na rua é tudo muito difícil. Várias vezes, a gente passa fome”⁴⁵, contou aos repórteres. Luis Vander, de 39 anos, e Adailton da Silva, de 33, também fazem parte dos personagens que retratam a realidade do país.

A matéria ainda traz partes de uma entrevista realizada com o mineiro José Divino Santos, de 63 anos. Ele é o motorista que faz o que pode para ajudar quem não tem o que comer e relata que, nos últimos meses, o número de pessoas pedindo ossos e restos de sebo aumentou. José é uma espécie de 'visão de fora' da situação. Apesar de ser o nome por trás do que possibilita o único alimento de muita gente, ele não é a voz da fome, mas relata o que vê. Por estar em contato direto com a miséria, o homem conta aos repórteres que, às vezes, sente vontade de chorar. Isso porque antes, as pessoas passavam por lá e pediam um pedaço de osso para dar para os cachorros e, hoje, imploram por um pouco de ossada para fazer comida.

A reportagem é encerrada com um último trecho da fala de José Divino, onde ele conta que, às vezes, os restos de dentro do caminhão estão estragados. Ele lembra ainda que os restos seguem para uma fábrica no bairro Santa Rita, em Nova Iguaçu. “Às vezes, está meio estragado, a gente fala, mas as pessoas querem assim mesmo — conta sem conter as lágrimas”⁴⁶.

⁴⁵ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/garimpo-contrafome-sem-comida-moradores-do-rio-recorrem-restos-de-ossos-carne-rejeitados-por-supermercados-25216803>> Acesso em 10 jul. 2022

⁴⁶ Idem.

4.1.4. O CICLO DA FOME COMO NOTÍCIA

Um outro padrão percebido nas falas de Fábio Gusmão é algo que pode ser aplicado a todos os tópicos citados acima. Para ele, a cobertura da fome durante a pandemia, assim como todas as coberturas no jornalismo, é cíclica. O editor ainda frisa que isso é importante para que os leitores não vejam esse tipo de situação como 'paisagem':

Não adianta você colocar todo dia que tem alguém ali em situação de rua, porque vai virar paisagem até para o leitor. As pessoas passam a ver como uma repetição. Então a gente tem que sempre pensar algo que seja diferente da abordagem anterior. Para que mostre que na verdade é o mesmo tema: a gente continua falando sobre fome, né? A gente continua falando sobre pessoas em situação de rua. (GUSMÃO, 2022)⁴⁷

Gusmão explicou que, muito por causa da divulgação de pesquisas, a cobertura costuma ser datada e falou sobre a linha tênue e os riscos de noticiar algo tão sensível como a fome. Se você noticiar demais, as pessoas se acostumam. Se noticiar de menos, podem esquecer que isso existe. Além disso, ele também falou sobre o tom que tentam abordar nas reportagens, porque é uma 'temática difícil de ser palatável para as pessoas consumirem'⁴⁸.

a gente tenta construir a reportagem de uma forma que ela sensibilize as pessoas para mostrar esse drama: sai da tua bolha e olha o que tá acontecendo aqui. Não é que seja culpa sua individualmente, mas, como sociedade, a gente tem que mudar alguns valores de forma que a gente consiga ter força para criar debates socialmente, né? Debates sociais que consigam promover mudanças. (GUSMÃO, 2022)⁴⁹

Além dessas questões, existe o padrão do noticiário do jornal, que Warren Breed (1955/1993) chamou de Teoria Organizacional. Segundo Nelson Traquina (2012),

Essa teoria alarga a perspectiva teórica – do âmbito individual a um nível mais vasto, a organização jornalística. [...] Assim, na Teoria Organizacional, a ênfase está no processo de socialização organizacional em que é sublinhada a importância duma cultura organizacional, e não uma cultura profissional (TRAQUINA, 2012, p.152 e 153).

⁴⁷ Entrevista concedida por Fábio Gusmão, editor-chefe do jornal O Globo, cit.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

Como citado no início do terceiro capítulo, questões como a disponibilidade de equipe, a distância física entre a notícia e a redação e até mesmo o espaço disponível para publicação naquele dia para determinados temas, dificultam a imersão em assuntos que deveriam ser abordados com mais frequência e atenção. Para Fábio Gusmão, a imprensa tradicional depende desse espaço disponível e fica à mercê da intensidade com que outras coisas, que precisam ter destaque no jornal, acontecem. “Você precisa que as coisas não estejam acontecendo com tanta força, de forma que não limite o espaço e até a capacidade de produção da imprensa de forma geral” (GUSMÃO, 2022)⁵⁰.

Sendo assim, segundo a Teoria Organizacional, as notícias também são resultado de interações sociais que ocupam espaço dentro da empresa jornalística. Sabendo que seu trabalho vai passar por uma cadeia organizacional em que a chefia tem poderes e meios de controle, o jornalista se antecipa às expectativas de seus superiores hierárquicos em relação às coberturas, com o objetivo de evitar mudanças nos textos. Portanto, o trabalho jornalístico passa a ser influenciado pelos meios que a organização dispõe (TRAQUINA, 2012, p. 159 e 160).

4.2. O JORNALISMO INDEPENDENTE COMO ALTERNATIVA

É perceptível que o jornalismo tradicional, muitas vezes, precisa de um suporte em coberturas tão intensas como a da fome durante a pandemia. É importante que profissionais que não estão ligados a um veículo específico trabalhem para noticiar temas que consideram relevantes, porque olhares diferentes possibilitam a formação de percepções diferentes sobre um mesmo assunto que, muitas vezes, é abordado da mesma forma pela grande mídia.

Foi possível perceber a necessidade de um jornalismo independente em momentos como esse ao analisar o trabalho do fotógrafo Flávio Costa, de 56 anos, que cobre a vida no sertão nordestino desde 1996. Para essa análise, foi realizada uma entrevista, no dia 23 de junho de 2022, de forma remota, pela plataforma 'Zoom' que durou cerca de 50 minutos. Com ele, foi utilizado um roteiro semiaberto de entrevista em profundidade e possibilitando a percepção da importância desse tipo de trabalho a partir das falas do jornalista.

Flávio foi o responsável por produzir as imagens do ensaio que chamou de Mercado da Fome (2022). Neste trabalho, o fotógrafo colocou restos de comidas mordidas em bandejas de mercado, com etiqueta de preço e código de barras para representar a realidade da fome no

⁵⁰ Entrevista concedida por Fábio Gusmão, editor-chefe do jornal O Globo, cit

Brasil. O objetivo do ensaio foi fazer uma crítica à ação de mercados e açougues que se aproveitam da vulnerabilidade social para comercializar alimentos que antes eram doados ou usados para fazer ração para animais.

A venda de ossos para consumo de pessoas em situação de insegurança alimentar também foi um ponto de virada para o jornalista. Flávio explica que decidiu fazer o ensaio por causa do baque que teve quando viu que algo que antes era doado estava sendo comercializado num momento tão sensível para tantos brasileiros.

As pessoas fazendo fila para comprar osso, uma coisa que antigamente era distribuída. Você chegava nos açougues e pegava o osso de graça. Eu me lembro que eu ia lá e pedia 500 gramas de osso para dar para os cachorros. Aquilo me marcou muito porque aquilo eu vivenciei, entendeu? As pessoas estão começando a ver uma forma de ganhar dinheiro com a fome. Então, se a procura de osso tá muita, em vez de distribuir osso, por que não vender, né? Foi isso o que me motivou. (COSTA, 2022)⁵¹

As peças fotográficas foram publicadas nas redes sociais de Costa (@flaviocostaf) e tiveram mais de um milhão de visualizações. Por causa da repercussão, o fotógrafo precisou se explicar algumas vezes. Mesmo colocando na legenda que a imagem se tratava de um trabalho feito por ele, muita gente entendeu que aquilo era real e que os mercados realmente estavam vendendo sanduíches e frutas mordidas. “Eu queria que parecesse real, mas a situação é surreal. No Brasil de hoje, se você vê uma bandeja com um resto de comida sendo vendido, se não tiver legenda, você acredita que é verdade”⁵², contou.

⁵¹ Entrevista concedida pelo fotógrafo Flávio Costa, cit.

⁵² Idem.

Figura 12 - Sobra de hambúrguer

Foto: Flávio Costa, Mercado da Fome

Por cobrir a realidade do sertão há 26 anos, a perspectiva de Flávio sobre a realidade das pessoas dali também se mostra importante para a complementação da pesquisa. Ele disse que, no ano em que começou a cobertura, em 1996, ele via um sertão que passava fome.

O brinquedo das crianças era ossada. O almoço do povo era caldo de feijão com farinha e calango. Depois, com programas sociais e políticas voltadas para o Nordeste, eu voltava nos lugares e descobria que tinha filho de sertanejo estudando fora do país. Mas agora parece que tá voltando. A fome no sertão me parece a mesma de 1996. (COSTA, 2022)⁵³.

⁵³ Entrevista concedida pelo fotógrafo Flávio Costa, cit.

Figura 13 – Carcaça de galeto na brasa



© Flávio Costa @flaviorcosta

Foto: Flávio Costa, Mercado da Fome

Quando questionado sobre a importância do jornalismo em coberturas como a da fome durante a pandemia no Brasil, Flávio comentou a necessidade da consciência dos profissionais da área nesses momentos. Para ele, os jornalistas precisam refletir sobre quão relevante é aquele trabalho para a sociedade.

Acho que meu ensaio chocou tanto, por causa da independência. É preciso passar uma mensagem rápida para que as pessoas entendam, logo de cara, que a carne, o gás e o combustível estão caros por causa da política de preço do governo. Minha ideia foi fazer um ensaio que chocasse. A omissão do governo diante de uma situação dessas desloca as coisas para uma normalidade que não existe. A gente tá achando que é normal, mas não é normal. E quando você pega um negócio e joga na cara da sociedade mostrando que aquilo que tá acontecendo não é normal, você ajuda nessa percepção. (COSTA, 2022)⁵⁴

⁵⁴ Entrevista concedida pelo fotógrafo Flávio Costa, cit.

Figura 12 - O Mercado da Fome



Foto: Flávio Costa, O Mercado da Fome

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo inicial da presente pesquisa foi buscar entender como se deu a cobertura da fome no Brasil entre julho de 2021 e julho de 2022. Além disso, buscou-se mostrar a importância de noticiar a insegurança alimentar no país, tanto do viés jornalístico, por meio de critérios de noticiabilidade e do uso de teorias do jornalismo, quanto do viés humano, a partir da compreensão da temática e das principais políticas de combate à fome no Brasil nos últimos anos.

Por meio da entrevista com Fábio Gusmão e da análise livre do noticiário do jornal O Globo, alguns padrões foram identificados, possibilitando o cruzamento das identificações com as matérias do veículo. A partir da percepção de três fatores responsáveis por pautar a fome no noticiário, foi possível destacar a importância de um jornalismo independente, livre das delimitações impostas pela redação e pelas organizações, na cobertura de temas como a fome. Isso pode gerar percepções distintas e coberturas diferentes acerca de um mesmo assunto, o que pode fazer com que a sociedade enxergue o tema com um olhar mais atento.

Apesar de ter atingido o objetivo inicial da pesquisa, o estudo sobre a temática da fome no noticiário não está finalizado. Portanto, há possíveis linhas de complementação que podem ser seguidas com o objetivo de dar continuidade à área do conhecimento proposta no presente trabalho. Percebe-se, ainda, a necessidade de comparar os padrões de noticiabilidade de diferentes veículos dentro do jornalismo tradicional e de aprofundar na abordagem da fome pelo jornalismo independente durante o período da pandemia do coronavírus.

Além disso, a presente pesquisa evidencia a relevância do tema para a sociedade, que precisa ter acesso a realidades distintas da vivenciada dentro do que Flávio Costa (2022) chamou de “bolha”. Faz parte dos princípios do bom jornalismo dar voz àqueles que não a tem e denunciar a ausência do Estado para grande parte da população que, especialmente durante a pandemia no Brasil, ficou desassistida.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Adriana Veiga. **Fome Zero: a construção de uma estratégia de combate à fome no Brasil.** Fome Zero, 2010.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. **Políticas de combate à fome no Brasil.** São Paulo em perspectiva, v. 15, n. 4, p. 119-129, 2001.

CAMPELLO, Tereza et al. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Ipea, 2013.

CARDOSO, Bruno Baranda. **A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social.** Revista de Administração Pública, v. 54, p. 1052-1063, 2020.

Cotta RMM, Machado JC. **Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura.** Rev Panam Salud Publica. 2013;33(1):54–60.

CRISTOFOLLI, C.; BONATO, L.; RAVAZZANI, E. D. DO A. **Análise histórica da profissão de nutricionista.** Cadernos da Escola de Saúde, v. 2, n. 6, 3 mar. 2017.

DE CASTRO, Josué; BRANCO, J. Carvalho. **Geografia da fome.** Casa do Estudante do Brasil, 1952.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade.** Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, v. 1, p. 62-83, 2005.

FAO; IFAD; UNICEF; WFPWHO. 2022. **In Brief to The State of Food Security and Nutrition in the World 2022.** Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, FAO. Disponível em: <<https://doi.org/10.4060/cc0640en>> Acesso em 14 jul. 2022

FURTADO, Rafael Nogueira; DE OLIVEIRA CAMILO, Juliana Aparecida. **O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault.** Revista Subjetividades, v. 16, n. 3, p. 34-44, 2016.

GLOBO, Grupo. **Princípios editoriais do Grupo Globo.** Rio de Janeiro, v. 6, 2011.

KRETER, Ana Cecília; PASTRE, Rafael. Agropecuária. Carta de Conjuntura, v. 54, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220116_nota_2_comercio_e_xterior_agro_2021.pdf> Acesso em 5 jul. 2022

MACHADO, Cecília. **As incógnitas do Auxílio Brasil.** 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Arte & Ensaios, v. 2, n. 32, 2016.

NERI, Marcelo. **Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Internacionais.** Rio de Janeiro, RJ – Maio 2022 – FGV Social. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-Inseguranca-Alimentar-no-Brasil_Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf> Acesso em 14 jul. 2022

PENA, Felipe. **A Teoria do Jornalismo no Brasil—após 1950—.** São Paulo: Contexto, 2005.

RIBEIRO, Felipe Garcia; SHIKIDA, Claudio; HILLBRECHT, Ronald Otto. **Bolsa Família**: Um survey sobre os efeitos do programa de transferência de renda condicionada do Brasil. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 47, p. 805-862, 2017.

ROCHA, Sonia. **O programa Bolsa Família**: evolução e efeitos sobre a pobreza. Economia e sociedade, v. 20, n. 1, p. 113-139, 2011.

SILVA, Gislene; DA SILVA, Marcos Paulo; FERNANDES, Mario Luiz. **Crêterios de noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicaçôes. Editora Insular, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Bolsa Família**: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, p. 1429-1439, 2007.

SILVA, José Graziano; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; FRANÇA, CG de. **Fome Zero**: a experiência brasileira. Brasília: MDa, 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: por que as notícias são como são. Florianópolis: Insular 3. Ed, 2012.

TROVÃO, C. J. B. M. **A pandemia da covid-19 e a desigualdade de renda no Brasil**: um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. **Combate à fome no Brasil**: uma análise histórica de Vargas a Lula. Revista de Nutrição, v. 18, p. 439-457, 2005.

YASBEK, Maria Carmelita. **O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras**. São Paulo em perspectiva, v. 18, p. 104-112, 2004.